

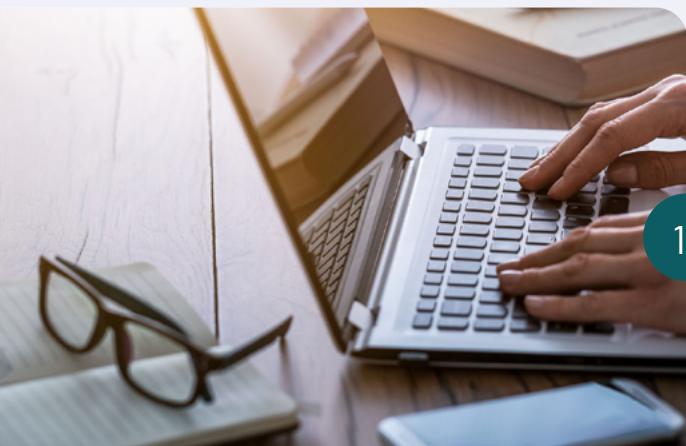


Uso do **EaD** na Medicina Veterinária deve ser minimizado e bem planejado

Eleição da nova Diretoria do CRMV-SP é marcada pelo ineditismo

Confira entrevista com **Ana Elisa Almeida**, presidente do CFMV

ÍNDICE



12



20



10

- 4 **Por dentro do Conselho**
- 9 **Você no CRMV**
Elma Polegato: “Identifico muita evolução, porém ainda há muito a ser feito, como, por exemplo, a elaboração de uma política pública que considere a legislação e a prática bem conduzida e direcionada às necessidades dos animais”
- 10 **Entrevista**
“Consideramos que o ensino presencial é indispensável para a prática e o aprendizado eficaz”, afirma Ana Elisa Almeida
- 12 **Especial**
Uso do EaD deve ser minimizado e bem planejado
- 19 **Opinião**
Ensino a distância na Medicina Veterinária
- 20 **Perspectiva**
Processo eleitoral foi marcado pelo ineditismo
- 23 **Perspectiva**
Estado de São Paulo é reconhecido nacionalmente como livre de febre aftosa sem vacinação
- 24 **Empreender**
Confira dicas para empreender em Fisioterapia Veterinária
- 26 **Fazendo a Diferença**
Projeto “Pescado para Saúde” quer aumentar consumo de um dos alimentos mais saudáveis
- 28 **Perspectiva**
CRMV-SP realiza júri simulado inédito de processo ético-profissional
- 30 **Perspectiva**
CRMV-SP lança guia sobre controle de pragas em pontos de venda
- 32 **Nas Comissões**
- 34 **Atualize-se**
- 35 **Publicações Oficiais**
- 35 **Transparência**

FALE COM A REDAÇÃO

Endereço: Rua Apeninos, 1.088
Paraíso - CEP: 04104-021 - São Paulo (SP)
E-mail: comunicacao@crmvsp.gov.br



fb.com/crmvsp



@crm_v_sp



@crmvsp



@tvcrmvsp

www.crmvsp.gov.br

Acesse e confira o conteúdo exclusivo.

Diretoria Executiva

Presidente: méd.-vet. Odemilson Donizete Mossero. **Vice-presidente:** méd.-vet. Fábio Manhoso. **Secretário-geral:** méd.-vet. Fernando Gomes Buchala. **Tesoureira:** méd.-vet. Rosemary Viola Bosch. **Conselheiros efetivos:** méd.-vet. Carlos Eduardo Larsson; méd.-vet. Mirela Tinucci Costa; méd.-vet. Mussi Antonio de Lacerda; méd.-vet. Rogério Arno Miranda; méd.-vet. Sílvio Arruda Vasconcellos; méd.-vet. Suely Stringari de Souza. **Conselheiros suplentes:** zoot. Ana Cláudia Ambiel Corral Camargo; méd.-vet. Felipe Consentini; méd.-vet. Martin Jacques Cavaliero; méd.-vet. Raphael Marco Blech Hamaoui; méd.-vet. Rodrigo Soares Mainardi. **Chefe de gabinete:** Renata da Silva Rezende.

Unidade Regional de Fiscalização e Atendimento

Araçatuba | Rua Oscar Rodrigues Alves, nº 55, 7º andar, sala 12, Araçatuba (SP). Fone: (18) 3622-6156
E-mail: dr.aracatuba@crmvsp.gov.br

Botucatu | Rua Amando de Barros, nº 1.040, salas 601 a 604, Botucatu (SP). Fone: (14) 3815-6839
E-mail: dr.botucatu@crmvsp.gov.br

Campinas | Av. Orosimbo Maia, nº 360, salas 1305 e 1306, Vila Itapura, Campinas (SP). Fone: (19) 3236-2447
E-mail: dr.campinas@crmvsp.gov.br

Marília | Av. Rio Branco, nº 936, 7º andar, conj. 73, Marília (SP). Fone: (14) 3422-5011
E-mail: dr.marilia@crmvsp.gov.br

Presidente Prudente | Av. Cel. José Soares Marcondes, nº 983, sala 61, Presidente Prudente (SP). Fone: (18) 3221-4303
E-mail: dr.prudente@crmvsp.gov.br

Ribeirão Preto | Rua Visconde de Inhaúma, nº 490, conj. 306 a 308, Ribeirão Preto (SP). Fone: (16) 3636-0261
E-mail: dr.ribeirao@crmvsp.gov.br

Santos | Av. Almirante Cochrane, nº 194, conj. 52, Aparecida, Santos (SP). Fone: (13) 3227-6395
E-mail: dr.santos@crmvsp.gov.br

São José do Rio Preto | Rua Marechal Deodoro, nº 3.011, 8º andar. Fone: (17) 3235-1045
E-mail: dr.riopreto@crmvsp.gov.br

Sorocaba | Rua Riachuelo, nº 460, 11º andar, sala 1.101, Jardim Vergueiro, Sorocaba (SP). Fone/fax: (15) 3224-2197
E-mail: dr.sorocaba@crmvsp.gov.br

Taubaté | Rua Jacques Felix, nº 615, Centro, Taubaté (SP), caixa-postal 52. Fone: (12) 3632-2188
E-mail: dr.taubate@crmvsp.gov.br

Coordenadoria de Comunicação

Editor responsável: méd.-vet. Sílvio Arruda Vasconcellos

Jornalista responsável: Lais Domingues - MTB: 59.079/SP

E-mail: comunicacao@crmvsp.gov.br

Redação: Gisele Donato - MTB 22.429/SP e Daniela Mainardi - MTB 80.892/SP

Sede do CRMV-SP

Rua Apeninos, nº 1.088, Paraíso,
São Paulo (SP) - CEP: 04104-021
Fone: (11) 5908-4799
www.crmvsp.gov.br

Projeto gráfico: Mota Produções

Diagramação: Gustavo Versiani | Mota Produções

Revisão: Anderson Floriano | Mota Produções

Capa: Mota Produções

Odemilson Donizete Mossero
Presidente do CRMV-SP



UM CAMINHO E MUITOS DESAFIOS

Dando continuidade ao trabalho, nos encaminhando para a reta final de nossa gestão e com muito ainda a realizar, gostaria de parabenizar a diretoria eleita na pessoa da nova presidente, a médica-veterinária e pesquisadora científica Daniela Pontes Chiebao, que, com certeza, seguirá na luta pelo crescimento e evolução da Medicina Veterinária e da Zootecnia para o bem da sociedade.

A lisura do processo eleitoral é imprescindível para a consolidação da democracia. Pela terceira vez, utilizamos o sistema on-line nas eleições, o que dá mais celeridade ao processo e maior rapidez no resultado. É um processo que vem melhorando ano a ano e cada eleição é um aprendizado. Agradeço à Comissão Eleitoral Regional (CER), aos nossos colaboradores, a todos os profissionais envolvidos na realização dos dois turnos do pleito e também às chapas concorrentes, que engrandeceram o processo eleitoral do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP).

Além de ser um entusiasta da democracia e da participação cada vez maior das classes junto ao Conselho, uma das lutas de nossa gestão é em defesa da educação de qualidade, por isso, nesta edição do Informativo CRMV-SP, o tema da matéria especial é o ensino a distância (EaD). A atuação em prol da qualidade do ensino na Medicina Veterinária e Zootecnia é constante, um desafio que exige nossa total atenção e comprometimento. Não há como negar que a tecnologia é uma importante ferramenta destinada a agregar valor ao ensino, porém, não deve ser considerada um fim, tanto pelas instituições formadoras, quanto pelas autoridades da área da educação.

Os cursos de formação na área da saúde necessitam de atividades práticas/presenciais e isso é fundamental para a formação do profissional. A aula prática, durante a graduação em Medicina Veterinária, impacta diretamente na qualidade da formação profissional e na assistência em saúde à população. Volto a ressaltar a importância da mobilização da classe em prol da qualidade do ensino oferecido aos futuros médicos-veterinários e zootecnistas e da necessidade de maior engajamento político dos profissionais, a fim de criar uma base aliada à Medicina Veterinária e à Zootecnia no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas e câmaras de vereadores. As classes precisam se unir para ter força política e mudar o cenário.

Outro tema que me é muito caro é o reconhecimento nacional do estado de São Paulo como livre de febre aftosa sem vacinação. Atuei durante 35 anos no Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e tive participação ativa no Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. Este reconhecimento é um orgulho para nosso país! Posso afirmar que o comprometimento do setor produtivo e o empenho do Estado, cumprindo todas as etapas previstas no Plano, possibilitaram a evolução do status sanitário. O sucesso do programa se deve a todos os profissionais que o desenvolveram, como médicos-veterinários estaduais de defesa animal, professores epidemiologistas, entre outros; à união do corpo técnico oficial, à aprovação política para o programa e à grande participação dos produtores rurais do Brasil, que acreditaram e investiram pesado no segmento.

**A busca pela integração de todos nós profissionais da
Medicina Veterinária e da Zootecnia será contínua.
Dessa forma, sairemos fortalecidos!**

Boa leitura!

Grupo de Apoio Mútuo inicia encontros e será expandido

Por meio de projeto liderado pela Comissão de Responsabilidade Técnica, o CRMV-SP iniciou, em janeiro, os encontros do Grupo de Apoio Mútuo (GAM) "Cuidando de Quem Cuida" na sede em São Paulo e, em maio, expandirá a programação para outras cidades.

A iniciativa tem a intenção de criar um ambiente seguro e acolhedor, surgindo como ferramenta para auxiliar médicos-veterinários e zootecnistas a lidarem com as pressões e demandas do cotidiano profissional. As sessões mensais, realizadas na sede do Conselho, são conduzidas por facilitadoras, habilmente, treinadas, que guiam os encontros com sensibilidade, respeito e empatia.

Os encontros contam com as presenças da idealizadora, tesoureira e presidente da Comissão de Responsabilidade Técnica do CRMV-SP, Rosemary Viola Bosch; da presidente da Comissão de Ciências de Animais de Laboratório do Regional, Luciana Cintra; da conselheira, Suely Stringari de Souza; da integrante da Comissão de Responsabilidade Técnica, Thais Vieira Machado Bertozzi; e da psicóloga especialista em luto, Joelma Ruiz.



ACERVO/CRMV-SP

Cinco encontros já foram realizados em São Paulo e no dia 13/05, o projeto chega ao município de São José dos Campos. Acesse a plataforma do CRMV-SP, confira a agenda e inscreva-se: www.crmvsp.gov.br/agenda.

Portaria institui Plano de Gestão de Riscos do CRMV-SP

O CRMV-SP disponibilizou no Portal da Transparência seu Plano de Gestão de Riscos, ferramenta que auxiliará no fortalecimento da governança e da qualidade dos serviços prestados aos profissionais e à sociedade pela autarquia. Instituído pela Portaria CRMV-SP nº 12/2024, o documento traz informações para que a gestão do Regional tenha melhor gerenciamento de riscos e incertezas.

A gestão de riscos antecipa situações que podem comprometer o desenvolvimento institucional ou o cumprimento de seus objetivos estratégicos, identificando pontos de maior vulnerabilidade e definindo medidas preventivas e, até mesmo, direcionamentos que agreguem valor.

Para o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, a gestão de riscos é ferramenta primordial para a efetivação do planejamento estratégico. "A alta administração possui grande responsabilidade e, com o mapeamento dos riscos, é possível estar mais preparado para mitigar os problemas, por meio de estratégias, anteriormente, pensadas."

O Plano de Gestão de Riscos é uma ferramenta que precisa ser revista de forma cíclica, pois se trata de um processo contínuo de



ACERVO/CRMV-SP

monitoramento, revisão de estratégias e ajuste das medidas conforme necessário. No CRMV-SP, a reavaliação do plano ocorrerá a cada seis meses e o objetivo é eliminar os riscos altos o mais breve possível.



DIVULGAÇÃO/FAI

Aproximação com instituições de ensino – A representante regional de Marília e presidente da Comissão Técnica de Saúde Ambiental do CRMV-SP, Elma Polegato, participou, em janeiro, da colação de grau do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário de Adamantina/ Faculdades Adamantinas Integradas (FAI) e discursou durante a cerimônia. Em fevereiro, a representante participou também da Solenidade de Colação de Grau da 18ª Turma do curso de graduação em Zootecnia, e da 7ª Turma do curso de graduação em Engenharia Agrônoma da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Dracena.



DIVULGAÇÃO/UNESP

CRMV-SP divulga o Relatório de Gestão de 2023

Já está disponível para consulta o Relatório de Gestão de 2023 do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP). Publicado no portal da transparência do Regional, o documento é uma prestação de contas aos órgãos de controle e à sociedade. Elaborado com base na Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 84/2020, que prevê o modelo de relato integrado, o relatório apresenta dados relativos às cadeias de valor do CRMV-SP, ou seja, todos os processos realizados pela instituição que geram valor para os profissionais e cidadãos.

Entre as ações apresentadas estão o aprimoramento da fiscalização, por meio da contratação de colaboradores via concurso público e a implantação da modalidade remota, bem como a realização de eventos técnicos e a publicação de guias e manuais. “Um dos destaques do relatório deste ano é a visualização e diagramação mais *clean*, além da utilização ao máximo de hiperlinks para quem quiser obter mais detalhes sobre o assunto abordado, facilitando e tornando mais agradável a leitura”, salienta o coordenador financeiro do CRMV-SP, Emanuel Coelho, responsável pela elaboração do documento, em parceria com a Coordenadoria de Comunicação e demais setores.

O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, ressalta a realização de ações conjuntas para identificar e coibir exercício ilegal da profissão, ausência de responsáveis técnicos, maus-tratos a animais e situações de risco à saúde pública, por meio de parcerias celebradas durante o ano.



“Passamos a integrar a operação ‘SP sem Fogo’ do Governo do Estado, que visa prevenir e combater incêndios florestais, assinamos também um termo de cooperação técnica com o Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior, da região de Sorocaba, para combater maus-tratos a animais e exercício ilegal da Medicina Veterinária e da Zootecnia. Importantes passos para aumentar o reconhecimento social da Medicina Veterinária e da Zootecnia e para inserção cada vez maior das profissões nos campos político e social”, enfatiza Mossero.

Regional visita Gabinete do CFMV

Com a proposta de Gabinete Aberto, a presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Ana Elisa Fernandes de Souza Almeida, e o secretário-geral do Federal, José Maria dos Santos Filho, receberam, em janeiro, o presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV-SP), Odemilson Donizete Mossero, ao lado do diretor técnico, Leonardo Burlini Soares, e o diretor jurídico e administrativo, Bruno Fassoni. Entre as pautas, alinhamentos necessários a respeito de alterações em resoluções, iniciativas para valorização dos profissionais médicos-veterinários e zootecnistas do estado de São Paulo, entre outras.



Legenda: Da esq. para dir.: o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero; a presidente do CFMV, Ana Elisa Fernandes de Souza Almeida; e o secretário-geral do Federal, José Maria dos Santos Filho.



Estudo de ocupação – o CRMV-SP recebeu auxílio de profissionais do CFMV para a realização do estudo de ocupação da sede do Regional. A iniciativa tem por objetivo o melhor aproveitamento dos espaços da sede após reforma e redistribuição das equipes ampliadas devido às mais de 30 novas contratações decorrentes do concurso. Da esq. para dir.: Christiano Veloso Porto, arquiteto do CFMV; Rosemary Viola Bosch, tesoureira e presidente da Comissão de Responsabilidade Técnica do CRMV-SP; Luis Fernando Rocha Lopes, engenheiro do CFMV; Odemilson Donizete Mossero, presidente do Regional; Bruno Fassoni de Oliveira, assessor jurídico e administrativo do CRMV-SP; e Lúcio Freitas, engenheiro do Regional.

CRMV-SP e Polícia Civil realizam operação contra falso médico-veterinário

A fiscalização do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) e policiais civis do Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior (Deinter 7) realizaram ação conjunta, em fevereiro, contra a atuação de um falso médico-veterinário, em Sorocaba. O investigado prestava atendimento em escola profissionalizante com curso para auxiliar de veterinário sem ter formação acadêmica e registro profissional, condições obrigatórias para a prática da Medicina Veterinária. A iniciativa faz parte das atividades previstas no termo de cooperação assinado entre o CRMV-SP e o Deinter-7, realizado em novembro de 2023.

Durante a operação, foram encontrados medicamentos de uso humano, cuja comercialização e utilização é controlada, como Morfina, Diazepam, Metadona, Tramadol e Xilazina, alguns vencidos, remarcados, e sem o armazenamento adequado. Além de kits cirúrgicos, ampolas abertas e expostas à contaminação ambiental, e seringas com conteúdo não conhecido.



ACERVO/CRMV-SP

Dois autos de infração foram lavrados também pelo CRMV-SP ao estabelecimento, um pela prestação de serviço médico-veterinário sem registro e outro por irregularidades referentes a estrutura mínima necessária para a realização de atendimentos no local, conforme a Resolução CFMV nº 1.275/2019. O Conselho destaca a importância da sociedade compreender os limites da atuação do auxiliar veterinário, que encontra limites nas competências e atribuições privativas do médico-veterinário.

Conselho participa de lançamento do Programa Estadual de Bem-Estar Animal

O presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), Odemilson Donizete Mossero, participou, em fevereiro, da cerimônia de criação do Programa Estadual de Bem-Estar Animal, na sede da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

Em seu discurso, Mossero afirmou que o bem-estar animal é uma demanda da sociedade e amplia o mercado de trabalho para médicos-veterinários e zootecnistas. E destacou que é muito importante que este tema seja trazido para as ações da Defesa Agropecuária do Estado.

Para o coordenador da Defesa Agropecuária (CDA), Luiz Henrique Barrochelo, o anúncio é uma importante realização no âmbito da defesa, sanidade e segurança. O coordenador destacou que essa é mais uma ação que demonstra compromisso e confiança no produtor e ressaltou os recordes alcançados contra a febre aftosa, com 100% do rebanho vacinado, e 99,8% contra a brucelose.



DIVULGAÇÃO/SAA

O secretário de Agricultura, Guilherme Piai, salientou que o bem-estar animal significa segurança jurídica, garantindo um documento que comprova boas práticas, valorizando a pecuária paulista e abrindo novos mercados internacionais, cada vez mais restritivos.



ACERVO/CRMV-SP

Treinamento para eleições – O Conselho Regional realizou, em março, treinamento para as eleições com os colaboradores. Entre os assuntos abordados: dúvidas gerais sobre o pleito, como procedimento para a troca de senha para a votação, justificativa eleitoral, entre outros. O treinamento foi liderado pela coordenadora de Atendimento e Registro do CRMV-SP, Geni Silva; participaram também a chefe de Atendimento e Administração de Regionais, Juliana Vasconcelos; e o técnico em Informática, Salomão Pôlegar.



ACERVO/CRMV-SP

Apamvet – O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, recebeu o presidente da Academia Paulista de Medicina Veterinária (Apamvet), João Palermo, e a ex-presidente da instituição, Arani Nanci Bonfim Mariana. O encontro, que aconteceu em março, teve como objetivo tratar sobre parcerias e projetos conjuntos. Estiveram presentes também a coordenadora de Comunicação do Regional, Lais Domingues Figueiredo Shingaki; e Valney Souza Corrêa, ex-presidente e atual secretário-geral do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso (CRMV-MT).

CRMV-SP lança canal exclusivo no WhatsApp para assuntos relacionados a cobrança

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) lançou, em janeiro, canal no WhatsApp exclusivo para esclarecer dúvidas relacionadas à cobrança e pendências financeiras. Questões sobre anuidade, parcelamento, dívida ativa, e negociação de débitos, entre outras, poderão ser sanadas por meio de mensagens de texto em duas linhas específicas, de segunda a sexta, das 8h às 17h.

O novo meio de comunicação do Regional com as classes e a sociedade foi criado com o objetivo de facilitar o diálogo com os profissionais e empresas, acelerar os atendimentos e reduzir a alta demanda telefônica. A novidade permitirá que uma quantidade ilimitada de usuários receba, diariamente, informações e tenha suas questões resolvidas com mais celeridade, facilidade e segurança. Inicialmente, o atendimento via WhatsApp é direcionado apenas a assuntos de cobrança e pendências financeiras, mas o Regional já trabalha para, em breve, ampliar o serviço.



Fale com o Setor de Cobrança

Nossas equipes estão a disposição para atendê-lo!

(11) 9.6196-5820

(11) 9.9749-1167

Avaliação de desempenho

A reunião de gestores do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), em fevereiro, teve como pauta a apresentação da Avaliação de Desempenho das equipes, dando continuidade às iniciativas decorrentes da implantação da Gestão de Pessoas e do Plano de Cargos e Salários do CRMV-SP.

Durante a reunião, a psicóloga e responsável pelo Setor de Gestão de Pessoas, Rosana Souto, explicou como será realizada a Avaliação de Desempenho em ciclo único, bem como os critérios de elegibilidade dos funcionários para eventuais avanços na tabela de cargos e salários estabelecida pelo Regional.

O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero enfatizou a importância da avaliação das equipes para a melhoria dos serviços prestados a médicos-veterinários e zootecnistas, bem como o reconhecimento do trabalho executado pelos colaboradores.

Professores devem ter inscrição ativa no CRMV-SP

A Justiça Federal de São Paulo reconheceu que profissionais médicos-veterinários e zootecnistas que exercem a docência com dedicação exclusiva devem manter inscrição ativa e regular perante os Conselhos Regional de Medicina Veterinária. A decisão é uma vitória para o Sistema CFMV/CRMVs e ocorre após o CRMV-SP defender a obrigatoriedade do registro em ação de um profissional que atua em departamento de Zootecnia de uma universidade pública.

A 1ª Vara Federal de Andradina, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que abrange os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, entendeu por negar a requisição do profissional de cancelamento da inscrição junto ao Conselho, bem como a emissão de declaração de inexistência de débitos pertinentes às anuidades. Na decisão em primeira instância, o juiz federal substituto, Dr. Thiago de Almeida Braga Nascimento, ressaltou que, apesar da autonomia universitária e do Decreto nº 9.235/2017, o qual afirma que o exercício de atividade docente na educação superior não se sujeita à inscrição do professor em órgão de regulamentação profissional, tais normas não se sobrepõem ao que consta nas leis que criam profissões regulamentadas.

Durante a ação, o CRMV-SP defendeu a obrigatoriedade da inscrição do profissional, tendo em vista que as atividades de médico-veterinário e zootecnista são disciplinadas pelas Leis nº 5.517/1968 e nº 5.550/1968, estando ambas as profissões sob fiscalização dos conselhos regionais de Medicina Veterinária.

Fiscalização do CRMV-SP contribui em caso de maus-tratos a animais

No dia do Agente Fiscal, celebrado em fevereiro, o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) enfatizou a importância do profissional para a saúde e bem-estar dos animais com o desfecho de um exemplo prático. Ao efetuar fiscalização e verificar indícios de maus-tratos a animais, a autarquia contribuiu com caso que envolveu 39 (trinta e nove) gatos da raça Bengal e 12 (doze) cães da raça Golden Retriever. A decisão, que condena a dona de um canil e gatil, em Guarulhos, por maus-tratos a animais, foi mantida pela 13ª câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A ação conjunta de fiscalização que originou o processo foi realizada no dia 2 de setembro de 2021 para dar cumprimento a mandado de busca e apreensão expedido pelo juízo da 3ª Vara Criminal de Guarulhos. O grupo, formado por policiais civis, pelo fiscal do CRMV, e por médico-veterinário e funcionários do DPAN de Guarulhos, constatou ambiente insalubre, falta higiene, estresse nos animais, entre outros sinais de maus-tratos. ■



SAIU NA MÍDIA

Durante os meses de janeiro a março, os profissionais do CRMV-SP foram consultados pela mídia sobre pautas relacionadas ao caso do cachorro agredido que perdeu um dos olhos, investigação que deu fim à quadrilha que transformava medicamento para equinos em droga letal, caso de duas cadelas resgatadas na Rodovia Dom Pedro I que foram eutanasiadas, as regras necessárias para abrir uma creche para animais de estimação, estudante suspeito de se passar por médico-veterinário em Sorocaba, e casos de eutanásia em Bauru.



Em entrevista ao telejornal Primeiro Impacto, do SBT, em reportagem sobre a alta no mercado de creches para animais, a coordenadora técnica médica-veterinária do CRMV-SP, Alessandra Fonseca, alertou sobre a necessidade da presença do médico-veterinário nestes estabelecimentos para garantir a segurança e a higiene do local e promover a capacitação dos funcionários. A coordenadora deu orientações gerais, como por exemplo, a água oferecida deve ser fresca e potável, a alimentação que o animal recebe em casa deve ser mantida na creche, pisos e paredes devem ser impermeáveis e, em casos de acidente, o médico-veterinário e o responsável pelo animal devem ser notificados.

Total de inserções na mídia

Janeiro	12
Fevereiro	18
Março	40
Total	70

Principais Veículos

R7.com / TV Vanguarda (Rede Globo) / TV Fronteira (Rede Globo) / Domingo Espetacular (Record) / Primeiro Impacto (SBT) / TV Cultura / Portal UOL / Defesa Agropecuária do Estado de SP / Rádio Band News / G1 (portal) / Band (portal) / TV Sorocaba (SBT) / Globoplay / TV Tem (Rede Globo) / Rádio Pará / Terra (portal).

Movimentação dos Processos Éticos*

Denúncias recebidas:	87
Denúncias arquivadas:	27
Processos éticos instaurados:	14
Processos éticos julgados:	23

Fiscalizações*

Empresas inscritas fiscalizadas:	2850
Empresas não inscritas:	395
Autos de infração lavrados:	597
Fiscalizações no período:	3245

Total de fiscalizações por Urfa's*

Sede:	1047
Marília:	375
Campinas:	106
Sorocaba:	119
Taubaté:	207
São José do Rio Preto:	248
Araçatuba:	342
Santos:	118
Ribeirão Preto:	320
Botucatu:	177
Presidente Prudente:	186

*Período: janeiro, fevereiro, março/2024



ARQUIVO PESSOAL/ELMA POLEGATO

ELMA POLEGATO:

“IDENTIFICO MUITA EVOLUÇÃO, PORÉM AINDA HÁ MUITO A SER FEITO, COMO, POR EXEMPLO, A ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA QUE CONSIDERE A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA BEM CONDUZIDA E DIRECIONADA ÀS NECESSIDADES DOS ANIMAIS”

Médica-veterinária é presidente da Comissão de Saúde Ambiental do CRMV-SP e membro da Apamvet

Uma relação de muita afinidade e troca com os animais não humanos, bem como, o entendimento de que toda forma de vida tem sua importância, aliada a ideia de que o ser humano não deve ser o centro de tudo e de todos os benefícios, foram fatores que determinaram a escolha profissional. “Ao contrário, o homem deve utilizar a sua inteligência e raciocínio para alinhar as necessidades às possibilidades e serviços ofertados pela natureza e tecnologia”, declara Elma Polegato, presidente da Comissão de Saúde Pública Veterinária do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP).

Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade de Marília (Unimar) e em Administração pela Fundação Armando Alvares Penteado (Faap), é mestre em Vigilância Sanitária pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e doutora em Medicina Veterinária pela mesma Universidade. Atuou na Vigilância Sanitária e no Serviço de Inspeção de Marília (SP), e participou da criação do primeiro Código Zoossanitário do município.

Elma também atuou como docente em cursos de graduação e pós-graduação, integrou a Comissão Nacional de Meio Ambiente do Sistema CFMV/CRMVs de 2015 a 2017, e ocupa, desde 2018, a cadeira nº 20 da Academia Paulista de Medicina Veterinária (Apamvet), cujo patrono é Sebastião Timolaria, médico-veterinário higienista assim como ela.

O sonho de exercer a profissão surgiu quando tinha sete anos de idade para entender melhor as outras formas de vida, convívio, comportamento, interação, necessidades e relação com os humanos. “A Medicina Veterinária sempre foi a minha paixão, porém, só pude cursar a faculdade quando me mudei para Marília em 1987 e fiz parte da 1ª turma do curso de Medicina Veterinária de uma instituição privada”, relata a médica-veterinária que se graduou em 1992.

“Antes de ir para Marília, atuava em São Paulo, em uma empresa de tecnologia, e para ter um ‘pé de meia’ e tentar a Medicina Veterinária no interior, fiz Administração de Empresas, o que me ajudou muito também na minha atuação como médica-veterinária”, conta.

Ainda como estudante, prestou concurso na prefeitura de Marília para o cargo de médica-veterinária, ficando com uma das duas vagas para o

cargo e sendo chamada em fevereiro de 1993. Porém, já atuava como docente na Unimar desde agosto de 1992.

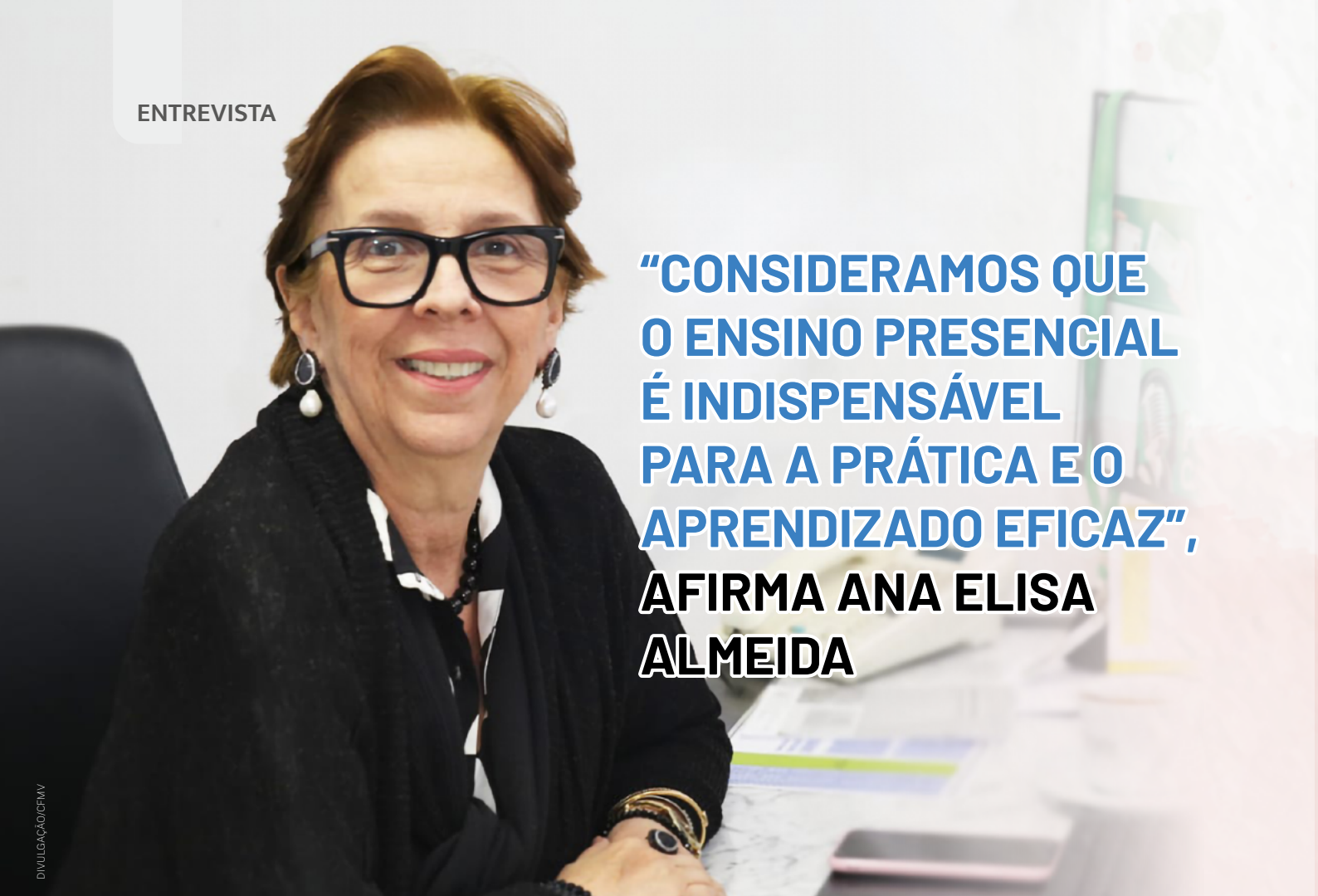
Entre as experiências mais relevantes da carreira, dividida entre docência e prática na área de Saúde Pública, Elma destaca que, além da elaboração do primeiro Código Zoossanitário de Marília, ela também participou da elaboração da legislação municipal que criou na cidade o primeiro Serviço de Inspeção Municipal de produtos de origem animal do estado de São Paulo, o qual ela chefiou.

A médica-veterinária participou da municipalização da Vigilância Sanitária; criou e coordenou a Comissão Municipal de Vigilância Ambiental em Saúde; e integrou alunos de graduação às ações municipais como em campanhas de vacinação antirrábica e em um programa de Educação em Saúde que orientava estudantes de escolas sobre bem-estar animal, zoonoses e cuidados.

Elma foi responsável por inserir na matriz curricular do curso de Medicina Veterinária da Unimar as disciplinas como Saúde Pública Veterinária, Defesa Sanitária Animal, e Higiene dos Alimentos. “Ser docente na área da minha atuação me completou profissionalmente por poder vivenciar e transmitir a outros a prática da Medicina Veterinária neste ramo”, destaca.

“Ao longo da minha jornada profissional identifiquei muita evolução na área animal. Porém ainda há muito a ser feito como, por exemplo, a elaboração de uma política pública específica, que considere a legislação e a prática bem conduzida e direcionada às necessidades dos animais. Para isso e para o cumprimento dos Programas já existentes na Saúde, Agricultura e Meio Ambiente, há necessidade da contratação de médicos-veterinários”, ressalta.

A profissional, que também preside o Grupo de Trabalho sobre Destinação de Resíduos Gerados nas Atividades Agropecuárias do CRMV-SP, finaliza ressaltando que, nos cursos de Medicina Veterinária, é preciso ser incrementada a formação e disciplinas relativas à Saúde Única e à sustentabilidade, com ênfase maior na saúde populacional e no ambiente natural e alterado, considerando os aspectos que interferem na saúde e no bem-estar comum aos seres humanos e animais. ■



“CONSIDERAMOS QUE O ENSINO PRESENCIAL É INDISPENSÁVEL PARA A PRÁTICA E O APRENDIZADO EFICAZ”, AFIRMA ANA ELISA ALMEIDA

Para a presidente do CFMV, quando o tema é a **qualidade da formação dos futuros profissionais médicos-veterinários e zootecnistas**, a palavra que deve nortear as discussões é o diálogo

Em entrevista ao Informativo CRMV-SP, Ana Elisa Fernandes de Souza Almeida, presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), falou sobre os impactos do ensino a distância na graduação da Medicina Veterinária e da Zootecnia, as ações do Federal em prol da qualidade das graduações e quais os gargalos que limitam o aprimoramento dos cursos.

Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), possui mestrado e doutorado em Anatomia dos Animais Domésticos e Silvestres pela Universidade de São Paulo (USP). Pioneira não só por ter sido a primeira mulher a presidir o Conselho Regional de Medicina Veterinária da Bahia (CRMV-BA), mas também por ser a primeira a presidir a autarquia federal, entidade máxima da Medicina Veterinária no Brasil, Ana Elisa abordou, ainda, a importância da constante atualização curricular e da fiscalização dos cursos aprovados no País. Leia a íntegra:

1- No final de outubro de 2023, a Justiça atendeu pedido do Ministério Público Federal e concedeu liminar determinando que o Ministério da Educação (MEC) suspenda a autorização de novos cursos na modalidade de ensino a distância (EaD) na área de saúde. Em 29 de fevereiro de 2024, o MEC publicou nova portaria que prorroga por mais 90 dias a suspensão. A luta do CFMV contra o EaD é notória.

Como analisa o fato da graduação de Medicina Veterinária ter sido excluída da lista?

De início, o CFMV tem sempre buscado deixar claro que o ensino a distância é uma ferramenta de inclusão e uma modalidade muito importante. Nada temos contra este formato, desde que os critérios para a aplicação sejam analisados de forma minuciosa. O CFMV apresentou ao MEC as razões pelas quais a Medicina Veterinária deve estar inclusa no rol de cursos de graduação impedidos de serem ministrados à distância, considerando que praticamente todas as disciplinas da formação, além dos estágios e projetos de extensão, exigem atividades práticas. O nosso esforço é para garantir a qualidade e a formação adequada dos novos profissionais, porque consideramos que o ensino presencial é indispensável para a prática e o aprendizado eficaz. O ensino a distância na Medicina Veterinária pode trazer sérios problemas, inclusive, de maus-tratos aos animais, ameaças a saúde humana e ambiental. Estamos falando de vidas e precisamos ter um olhar diferenciado.

2- Quais as principais ações políticas por parte do CFMV contra a aprovação de cursos EaD e em prol da qualidade do ensino da Medicina Veterinária e da Zootecnia?

O CFMV tem promovido uma série de atividades para destacar a importância da Medicina Veterinária e da Zootecnia

à sociedade. Educação e qualidade de ensino são focos de atenção constantes. Ficamos e continuamos muito preocupados com a quantidade indiscriminada de cursos que o Brasil tem. E nesse sentido, precisamos analisar como está sendo a formação dos futuros profissionais. Eles atenderão a demanda da sociedade? Para o CFMV, a palavra que tem que nortear é o diálogo. Por isso, estamos em contato com o MEC, que tem toda gerência nessas questões. A nova comissão de ensino, que será nomeada em breve, permanecerá debruçada nesse processo de autorizações de abertura de cursos. No âmbito da diretoria do CFMV, tivemos reunião com o ministro Camilo Santana apresentando todas essas demandas. É inadmissível que um curso de Medicina Veterinária possa formar profissionais totalmente à distância. É uma profissão que precisa ter o olhar, o treinamento em serviço, o contato, o toque. Trabalhamos com pacientes que não falam. Como que à distância esse profissional pode ter condição de fazer um tratamento, dar um diagnóstico?

3- De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), o curso de Medicina Veterinária deverá se alicerçar em atividades práticas – essenciais à formação do profissional –, e devem ser inseridas desde os semestres iniciais. Em sua opinião, existe uma porcentagem de aulas na modalidade EaD que seria aceitável nas graduações de Medicina Veterinária e de Zootecnia, sem prejuízo à formação do profissional?

As DCNs são claras no que diz respeito à realização do estágio prático supervisionado (em serviço, no 9º e 10º períodos, o que equivale a 20% do curso) e aos 10% obrigatórios de participação em projetos de extensão. Sendo assim, vale destacar, mais uma vez, a natureza prática desses cursos que demandam uma presença física e interação direta com animais e ambientes específicos, o que pode ser comprometido pelo ensino, exclusivamente, a distância. Temos uma carga horária muito grande e os futuros profissionais precisam desse treinamento.

4- A qualidade do ensino sempre esteve em pauta no Sistema CFMV/CRMVs. Atualmente, quais os maiores gargalos que considera limitantes ao aprimoramento do ensino da Medicina Veterinária e da Zootecnia no Brasil?

Os principais gargalos para o aprimoramento do ensino da Medicina Veterinária e da Zootecnia no Brasil incluem a falta de infraestrutura adequada para práticas laboratoriais e estágios, a escassez de corpo docente qualificado, a necessidade de atualização constante dos currículos conforme as demandas do mercado e a garantia da qualidade dos cursos em instituições autorizadas.

5- O Brasil é o país com o maior número de cursos de graduação em Medicina Veterinária no mundo. A partir deste cenário, como avalia a importância da fiscalização dos cursos autorizados em todo o País?

Atualmente, são mais de 500 escolas com autorização de funcionamento no Brasil, sendo mais de 20 no modelo EaD. No restante do mundo inteiro, há 320 cursos superiores na área. A fiscalização dos cursos de graduação em Medicina Veterinária é de extrema importância, especialmente devido

ao grande número de faculdades existentes no Brasil. Essa fiscalização busca assegurar que os cursos atendam aos padrões de qualidade defendidos pelo CFMV, garantindo a formação adequada dos futuros profissionais e a credibilidade da profissão diante da sociedade. Recentemente, estivemos no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) falando sobre critérios de avaliação que precisam ser reformulados. Integramos comissões para promover um retrato mais fiel das condições de ensino em nosso País. O ensino a distância na Medicina Veterinária pode trazer sérios problemas, inclusive, de maus-tratos aos animais, de ameaças a saúde humana e ambiental. Estamos falando de vida, de seres sencientes, ou seja, que têm a capacidade de ter sensações e sentimentos de forma consciente, por isso precisamos ter um olhar muito diferenciado para com os animais.

6- Com a ausência da Medicina Veterinária na lista que suspende a autorização de novos cursos na modalidade EaD, quais os próximos passos do CFMV na defesa de uma formação de qualidade não só para médicos-veterinários como para zootecnistas?

O CFMV mantém canal de diálogo aberto com o Ministério da Educação e com outros atores desta área tão importante para assegurar aos futuros profissionais e à própria sociedade a prestação de um serviço de excelência. Nós temos confiança e trabalhamos para que aconteçam as mudanças que sinalizamos necessárias. Em nosso encontro mais recente com a diretoria de Política Regulatória da Secretaria de Regulação do Ensino Superior do MEC, fomos informados que o Ministério estuda mudanças no marco regulatório do ensino a distância no Brasil. A diretoria manifestou que uma preocupação é com os cursos que exigem mais campo de prática, que precisam ser presenciais e dentro do que especificam as diretrizes curriculares nacionais. O MEC sinalizou que tem feito um esforço muito grande de escutar diversos segmentos e criou uma força-tarefa para isso. A pasta federal tem em andamento um estudo de como criar critérios objetivos e eficientes para cursos presenciais e, posteriormente, apresentará um conjunto de ações ao ministro Camilo Santana.

7- Como a senhora avalia a necessidade da atualização constante dos currículos das graduações de Medicina Veterinária e Zootecnia?

É muito importante que haja a atualização constante dos currículos dos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia de modo a incluir conteúdos relevantes, práticas inovadoras e tecnologias emergentes que estejam alinhadas com as demandas do mercado de trabalho e da sociedade em relação ao bem-estar animal, saúde pública e produção sustentável. Além disso, o CFMV se coloca sempre à disposição da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC para participar e auxiliar no processo de homologação de novos cursos, a partir dos critérios técnicos que os integram. Por fim, gostaria de destacar a necessidade também de alertar a sociedade sobre a importância de escolher uma graduação de qualidade: aulas em tempo integral, presenciais, com professores capacitados e estrutura na qual o estudante possa vivenciar sua futura vida profissional. ■

USO DO EAD DEVE SER MINIMIZADO E BEM PLANEJADO

A natureza multidisciplinar e complexa dos cursos de saúde demanda um alto nível de colaboração e interação, por isso, as unidades de aprendizagem práticas devem ser presenciais e acompanhadas por um professor/tutor

Popularizado durante a pandemia, o ensino a distância (EaD) tem sido alvo de inúmeras discussões por conta de sua eficácia, principalmente em cursos superiores da área de saúde. O resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2022 mostrou que o número de cursos oferecidos na modalidade EaD aumentou consideravelmente, mas o desempenho de tais estudantes foi muito aquém dos que cumpriram cursos de forma presencial.


Docente dos cursos de Biomedicina, Farmácia Generalista, Fisioterapia, Medicina e Medicina Veterinária do Centro Universitário de Adamantina-FAI, avaliador de cursos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (Inep-MEC) e do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP), e membro da Comissão

Técnica de Educação do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), o médico-veterinário Andrey Borges Teixeira considera o aumento dos cursos de graduação em saúde oferecidos na modalidade EaD, durante a pandemia, uma resposta compreensível à necessidade de adaptação rápida e à busca por alternativas viáveis de educação em um contexto de distanciamento social e restrições físicas, no entanto, a análise dos impactos dessa transição no processo de formação dos profissionais de saúde é crucial.

“Embora o EaD possa oferecer flexibilidade de horários e acesso a materiais de estudo de qualidade, há desafios significativos que podem comprometer a qualidade da formação. Os cursos de saúde precisam de boa formação prática que, muitas vezes, não pode ser reproduzida em um ambiente totalmente on-line.

A interação direta com pacientes, simulações clínicas e experiências laboratoriais são elementos essenciais que podem ser prejudicados ou, até mesmo, impossíveis de serem replicados no ensino a distância. Além disso, a natureza multidisciplinar e complexa dos cursos de saúde demanda um alto nível de colaboração e interação entre alunos, professores e profissionais da área”, enfatiza Teixeira, destacando que o ambiente virtual pode limitar essa interação, prejudicando a troca de experiências e o desenvolvimento de habilidades de comunicação e trabalho em equipe, essenciais para o exercício da profissão.

Ana Flávia de Carvalho, médica-veterinária, coordenadora da Comissão de Ética no Uso de Animais (Ceua), coordenadora científica e docente do Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos (Unifeob), avaliadora do Inep-MEC, assessora *ad hoc* da Fundação



O crescimento da modalidade EaD é fato e não há como retroceder, mas, especificamente, os cursos da área da saúde formam profissionais que precisam desenvolver habilidades práticas para exercerem suas funções técnicas com excelência

Ana Flávia de Carvalho, Unifeob

de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), lembra que a modalidade EaD permite que pessoas que antes não tinham oportunidade de estudar consigam obter um diploma e se qualifiquem profissionalmente.

“O crescimento da modalidade EaD é fato e não há como retroceder, mas, especificamente, os cursos da área da saúde formam profissionais que

precisam desenvolver habilidades práticas para exercerem suas funções técnicas com excelência. Neste contexto, as unidades de aprendizagem práticas devem ser presenciais e acompanhadas por um professor/tutor”, enfatiza a coordenadora, ressaltando que em um país como o Brasil, com dimensões continentais e regiões de difícil acesso, o ensino a distância proporciona a inclusão

de pessoas na educação, fazendo com que as novas gerações sejam, dentro das famílias, as primeiras pessoas a receberem um diploma de nível superior, impactando de modo significativo a qualidade de vida.

Por outro lado, Antonio José de Araújo Aguiar, livre-docente em Anestesiologia Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FMVZ-Unesp), campus Botucatu (SP), e membro da Comissão Técnica de Educação do CRMV-SP, salienta que o aumento expressivo do número de cursos de graduação da área de saúde, autorizados pelo MEC a funcionar na modalidade EaD, atende única e, exclusivamente, aos interesses econômico-financeiros das instituições de ensino proponentes.

“É muito mais barato produzir conteúdos em vídeo ou contratar alguns poucos professores que aparecerão em uma tela de computador para centenas ou até milhares de alunos, do que investir seriamente em infraestruturas de saúde (hospitais e clínicas escola, laboratórios de especialidades, laboratórios de aulas práticas, entre outras) e na formação de um corpo docente qualificado (mestres, doutores, pós-doutores) dedicado ao ensino presencial de excelência, condições fundamentais para a formação de profissionais de saúde competentes e, plenamente, aptos a atender dignamente as demandas da população de nosso País. Os números do Enade 2022 falam por si, os prejuízos na formação destes profissionais foram gritantes, e agora eles estão legalmente autorizados a exercerem suas profissões sem terem recebido a formação acadêmica adequada”, afirma Aguiar.

Enrico Lippi Ortolani, professor titular do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP), consultor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fapesp, ressalta que os números revelam a incapacidade dos cursos EaD em formar um profissional adequado que atenda às exigências do mercado e consiga resolver os mais diferentes tipos de problemas que o médico-veterinário tem que enfrentar no seu dia a dia e na sua complexa carreira. “Ferramentas como o Enade, idealizado e organizado pelo próprio MEC identificam a incompetência dos cursos de EaD, em saúde, para formar profissionais bem preparados para atender o que a sociedade requer.”

Teixeira argumenta que uma abordagem mais equilibrada poderia envolver a integração de elementos presenciais em cursos EaD, com a realização de estágios clínicos, aulas práticas em laboratório e atividades supervisionadas em centros de saúde, ou seja, um ensino híbrido. “Além disso, investimentos em tecnologias educacionais avançadas, como simulações virtuais e realidade aumentada, podem ajudar a enriquecer a experiência de aprendizagem on-line e a complementar as atividades práticas.”

Uso da tecnologia na educação

É fato que o EaD trouxe a reboque o aumento do uso da tecnologia na educação, o que é muito bem-vindo, mas em contrapartida, nem sempre o seu emprego tem um resultado positivo. Ana Flávia ressalta que a tecnologia auxilia muito a educação, mas sozinha e mal aplicada ela não traz benefício para o processo



Antonio José de Araújo Aguiar

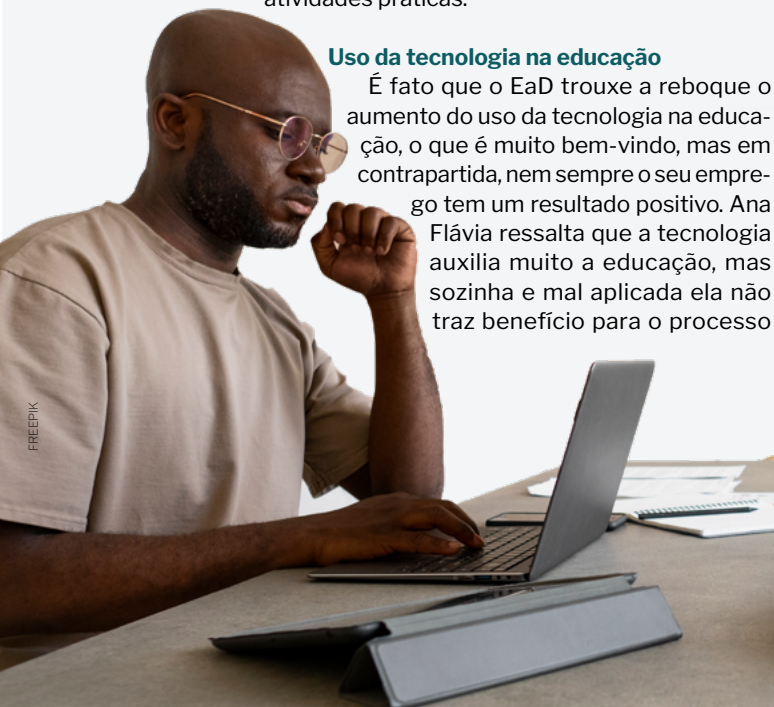
ARQUIVO PESSOAL/ANTONIO JOSE DE ARAUJO AGUIAR

ensino-aprendizagem. Desta forma, a aplicação de recursos tecnológicos adequados ao conteúdo e ao público-alvo poderá permitir que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados.

“O aumento do uso da tecnologia na educação, impulsionado pelo ensino a distância, tem o potencial de trazer uma série de benefícios, mas também apresenta desafios significativos. É importante avaliar esse cenário de forma holística, considerando tanto os aspectos positivos quanto os negativos”, explica a coordenadora.

Entre os aspectos positivos, apontados por Ana Flávia, estão o acesso à educação para aqueles que de outra forma não tiveram a oportunidade, seja devido à localização geográfica, restrições de tempo ou outras limitações; e a flexibilidade da modalidade, que permite aos alunos ajustarem seus estudos de acordo com suas próprias agendas, o que pode ser, especialmente, benéfico para estudantes trabalhadores ou com outras responsabilidades. “O ensino presencial, mesmo que somente durante as atividades práticas, permite uma interação entre estudantes e professores, além de criar oportunidades de aprendizado prático e colaborativo, essenciais para formação em saúde. Por isso, um dos aspectos negativos do EaD é a ausência desse contato, que pode prejudicar o desenvolvimento de habilidades interpessoais e técnicas dos profissionais”, afirma.

Aguiar concorda que o uso de tecnologias é sempre muito bem-vindo, desde que elas sejam empregadas com critério e associadas a uma base de ensino presencial. Mas afirma que a situação emergencial que a pandemia de Covid-19 trouxe, a partir de março de 2020, fez com que soluções também emergenciais, as únicas possíveis naquele contexto, fossem adotadas em todos os aspectos da vida em sociedade. E o ensino não escapou disso, com a adoção em massa de



FREEPIK

tecnologias, que possibilitaram a transmissão de informações aos alunos de todos os níveis de escolaridade.

“A formação desses alunos, certamente, não foi a que teriam recebido com método presencial, mas foi a forma possível, naquele período. Com isso, os defensores do EaD argumentam que esta forma de transmissão de informações pode continuar, agora elevada e unida ao status de ‘método’, pois é tecnológica, ‘nova’ e ‘moderna’, em contraponto ao ensino presencial tradicional. Não se trata do simples benefício do uso de tecnologia, esta justificativa é apenas usada para camuflar o verdadeiro argumento econômico-financeiro do EaD. É muito mais barato para as instituições de ensino quando comparado ao investimento pesado na infraestrutura de cenários de práticas de saúde e em corpo docente qualificado, fundamentais e necessários na formação de profissionais de excelência”, argumenta o docente.

Na mesma linha de pensamento, Teixeira afirma que o acesso ampliado à educação, a flexibilidade de horários e locais de estudo, a variedade de recursos educacionais, a colaboração e interação por meio de plataformas on-line, são aspectos facilitadores para a educação, mas é importante reconhecer e abordar os desafios criados para garantir que essas inovações contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade do ensino e para a formação adequada dos alunos. “Contudo, alguns desafios ainda precisam ser vencidos como: desigualdade de acesso, isolamento e falta de engajamento, qualidade do aprendizado, desafios técnicos como falhas na conexão de internet, problemas com plataformas de aprendizado ou falta de habilidades tecnológicas por parte dos alunos, falta de monitoramento e avaliação adequada.”

Por sua vez, Ortolani ressalta que, por melhor que seja o avanço tecnológico, nada suplanta e substitui a relevância do professor no contato do dia a dia com o estudante, e a transmissão do conhecimento e da experiência acumulada em prol do aprendizado. “Ver uma atividade prática filmada é uma coisa, a outra é tocar o animal, sentir pessoalmente as manobras e técnicas para realizar o diagnóstico e corrigir problemas. Nesse ponto, o curso EaD nem de longe consegue oferecer o mínimo de formação ao estudante.”



Ana Flávia de Carvalho

Percentual ideal

A Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, do Ministério da Educação (MEC), estabelece que as instituições de ensino superior (IES) podem introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso, além de mais 10% de atividades de extensão curricularizada. “Desta forma, excluindo-se o curso de Medicina, os demais cursos presenciais podem ofertar até 50% da carga horária total em atividades de aprendizagem extrassala”, afirma Ana Flávia.

Mas será que existe um percentual ideal para a modalidade de ensino a distância em cursos de graduação em saúde, sem causar prejuízo para a formação profissional? A coordenadora ressalta que todas as disciplinas 100% teóricas podem ser ofertadas na modalidade EaD, assim como a parte teórica das disciplinas teórico-práticas, e explica que a tecnologia e o desenvolvimento de plataformas interativas, bem como a aplicação de recursos de aprendizagem ativa no ambiente virtual, permitem que o estudante tenha acesso ao conteúdo por tempo ilimitado, podendo retornar ao tema e às suas respectivas atividades quantas vezes for necessário.

“É importante salientar que, para cursar a modalidade EaD, é necessário que o estudante tenha disciplina e organização, fatores que, quando não estão presentes na rotina podem elevar o índice de evasão. Deve-se pensar um percentual adequado para cada curso de acordo com as condições que são ofertadas, levando-se em consideração fatores financeiros, geográficos, utilização adequada de tecnologia e pessoal capacitado”, alerta Ana Flávia.

Para Aguiar, a abordagem do EaD como “modalidade de ensino”, equivalente e comparável ao ensino presencial, é totalmente equivocada, pois é um recurso tecnológico que, se bem aplicado, auxilia o ensino presencial de qualidade, mas tornar este método auxiliar uma modalidade em si atende somente aos interesses econômico-financeiros de algumas instituições de ensino privadas que não estão interessadas em oferecer qualidade de formação profissional aos alunos. “Discutir qualquer percentual de EaD para uma eventual substituição do ensino presencial é uma tentativa de tornar equivalentes um ‘recurso tecnológico auxiliar’ e um método de ensino de qualidade que não são comparáveis. Como o EaD não substitui as experiências de formação acadêmica na área de saúde, que apenas o ensino presencial de qualidade pode oferecer, considero que nenhuma disciplina do currículo atual de Medicina Veterinária poderia ser totalmente ministrada a distância sem que haja prejuízo para a formação do futuro profissional médico-veterinário”, enfatiza o docente.

Teixeira lembra que a opção da utilização dos 40% pelos cursos de graduação, bem como a definição de quais disciplinas poderiam ser desenvolvidas por EaD, compete à coordenação pedagógica de cada IES, juntamente, com as necessidades referendadas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), alinhadas aos objetivos do curso. “Contudo, acredito que conteúdos teóricos das disciplinas da área básica, pré-profissionalizante

e até mesmo da área profissionalizante poderiam ser trabalhados por meio de ensino remoto com planejamento adequado.”

Por outro lado, Ortolani considera que nenhum curso das áreas de saúde deveria ser oferecido em EaD, pois não supriria as exigências mínimas para a formação de um bom profissional que atenda às exigências mundiais do chamado “Competência do Dia Um”, pontuado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Mundial para a Saúde Animal (OMSA), em que o Brasil é signatário. “Tal conceito integra os conhecimentos, habilidades e atitudes que um egresso em Medicina Veterinária deve possuir no seu primeiro dia de atuação, e que serve como um padrão mínimo de formação. Mesmo assim, admite-se que algumas poucas disciplinas possam ser oferecidas de forma on-line, entre elas introdução à Medicina Veterinária, estatística, sociologia rural e ética. Todas as demais disciplinas exigem atividades práticas, sendo que boa parte delas requer grande carga horária prática”, salienta.

Ao longo de 2022 e 2023, o CFMV e a sua Comissão Nacional de Educação em Medicina Veterinária realizaram ações políticas junto ao MEC, com o objetivo de suspender a abertura de novos cursos de Medicina Veterinária e limitar o percentual do formato EaD dos cursos já autorizados, contando com o apoio irrestrito do CRMV-SP e sua Comissão Técnica de Educação

Luta pela qualidade do ensino

Em outubro de 2023, a Justiça atendeu pedido do Ministério Público Federal e concedeu liminar determinando que o Ministério da Educação (MEC) suspenda a autorização de novos cursos EaD na área de saúde. O MEC, além de acatar a decisão, publicou, em fevereiro de 2024, nova portaria que prorroga por mais 90 dias a suspensão. Entretanto, o curso de graduação em Medicina Veterinária continua de fora da lista.

Ao longo de 2022 e 2023, o CFMV e a sua Comissão Nacional de Educação em Medicina Veterinária realizaram ações políticas junto ao MEC, com o objetivo de suspender a abertura de novos cursos de Medicina Veterinária e limitar o percentual do formato EaD nos projetos político-pedagógicos dos cursos já autorizados. Nessas ações, o CFMV contou com o apoio irrestrito do CRMV-SP e de sua Comissão Técnica de Educação, a qual também vem trabalhando em prol da qualidade do ensino da Medicina Veterinária no estado de São Paulo.

8.570

Vagas autorizadas em EaD
no Brasil

12

Cursos de Medicina Veterinária
EaD no Brasil

“Dentre as ações desenvolvidas pela Comissão Técnica de Educação do CRMV-SP, destacam-se a implantação do Sistema de Certificação de Cursos de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, que visa certificar pelo CRMV-SP as instituições que atenderem a padrões elevados de qualidade de ensino, informando à sociedade quais são os melhores. Também foram realizados os Encontros de Coordenadores e o lançamento do projeto Melhor Escolha, tendo como público-alvo o estudante do ensino médio que tenciona prestar o vestibular para Medicina Veterinária, orientando-o a seguir sete passos que o auxiliarão na escolha do melhor curso de Medicina Veterinária. Acreditamos que a formação acadêmica de qualidade sempre se refletirá, diretamente, em exercício profissional de excelência”, afirma Aguiar.

Teixeira também destaca o trabalho do CFMV, com o apoio do CRMV-SP, na busca de um diálogo junto ao MEC no sentido de preservar a Medicina Veterinária e a Zootecnia na modalidade presencial e acredita na possibilidade de currículos com ensino híbrido, não por EaD, mas por ensino remoto, modalidades que parecem similares, mas que têm diferenças sutis que se refletem na forma como são implementados e nas experiências de aprendizagem dos alunos.

“Tradicionalmente, o EaD envolve um modelo de aprendizagem assíncrono, no qual os alunos acessam materiais de estudo e interagem com os professores/tutores e colegas, principalmente, por meio de plataformas on-line, sem a necessidade de estar fisicamente presente em uma sala de aula. Os alunos, geralmente, têm flexibilidade de horários para acessar o conteúdo e realizar as atividades. Já o ensino remoto pode envolver uma variedade de métodos de entrega, incluindo aulas ao vivo transmitidas pela internet, videoconferências, plataformas de aprendizagem on-line, e-mails e outras formas de comunicação digital.

Acreditamos que a formação acadêmica de qualidade sempre se refletirá, diretamente, em exercício profissional de excelência

**Antonio José de Araújo Aguiar,
FMVZ-Unesp Botucatu**

Diferentemente do EaD tradicional, o ensino remoto pode incluir interações síncronas entre professores e alunos, com horários específicos para participação nas atividades”, explica o docente.

Maiores desafios

Diante de tantos obstáculos e polêmicas na luta pela qualidade da graduação, para Ortolani, hoje, o grande desafio é oferecer ao aluno sólida formação teórica e intensa atividade prática, visto que aumentaram as especializações e novas disciplinas foram acrescentadas na grade curricular.

Para Ana Flávia, o desafio atual é a adaptação e preparação dos professores para a era digital, entendendo seu papel na interface ensino-aprendizagem. “O papel do professor é atuar como mediador, tutor e orientador das atividades, promovendo o protagonismo do estudante não só no desenvolvimento de competências técnicas, mas também no desenvolvimento de competências comportamentais (*soft skills*). Assim, com professores adaptados e preparados, a tecnologia será aliada no processo e no ambiente de aprendizagem”, enfatiza.

Aguiar destaca a expansão incontornável do número de cursos de Medicina Veterinária, autorizados pelo MEC a funcionar no Brasil, totalizando cerca de 550, em agosto de 2023, o que equivale a mais da metade do número de cursos

de Medicina Veterinária, existentes no mundo. “Além disso, há a pressão política das instituições de ensino para normatizar o EaD como modalidade de ensino única, ou predominante, na maioria dos novos cursos autorizados, o que aumentaria, exponencialmente, a quantidade de médicos-veterinários graduados a cada ano. Não é possível se falar em qualidade de ensino com este cenário assustador. O futuro da Medicina Veterinária está em sério risco se algo não for feito para controlar esta expansão de oferta de vagas no Brasil”, alerta o docente.

Teixeira salienta, ainda, que a busca pela excelência no ensino não é uma tarefa fácil e requer investimentos, vários são os desafios encontrados pelos gestores para ofertar um ensino de qualidade como: infraestrutura e recursos adequados; corpo docente qualificado e em número suficiente; atualização da matriz curricular, principalmente para acompanhar e integrar, em seus componentes curriculares, os avanços científicos e tecnológicos; e associação da prática pautada na ética e no bem-estar animal.

“Superar esses desafios requer um esforço contínuo por parte das instituições de ensino, dos professores, dos alunos e de todos os colaboradores envolvidos neste processo para garantir que os futuros egressos estejam, adequadamente, preparados para atender às demandas e desafios de suas profissões”, afirma o docente.

Importância das aulas práticas

As aulas práticas na graduação são fundamentais e decisivas para a formação dos profissionais. No caso da Medicina Veterinária, explica Teixeira, a prática do conhecimento teórico, associado à familiarização com equipamentos, permite que os alunos apliquem os conceitos teóricos aprendidos em sala de aula em situações reais, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades técnicas e do raciocínio clínico, bem como resolução de problemas e tomada de decisões, fundamentais para

Sem dúvida as aulas práticas preparam os alunos para os desafios e responsabilidades da vida profissional, ajudando-os a adquirir confiança e a desenvolver uma postura ética e profissional. Além disso, proporcionam oportunidades para networking e colaboração com outros profissionais da área

Andrey Borges Teixeira, FAI

o exercício da profissão. No curso de Zootecnia, experiências práticas essenciais, por exemplo, em anatomia, permitem entender a relação entre estrutura e função dos órgãos dos animais; em agrostologia, são fundamentais para o entendimento do manejo de pastagens e nutrição animal; no manejo das criações, são essenciais para garantir o bem-estar e a prevenção das doenças, garantindo a produtividade dos animais.

“Sem dúvida as aulas práticas preparam os alunos para os desafios e respon-

sabilidades da vida profissional, ajudando-os a adquirir confiança e a desenvolver uma postura ética e profissional. Além disso, proporcionam oportunidades para *networking* e colaboração com outros profissionais da área”, enfatiza Teixeira.

Ana Flávia destaca que as aulas práticas são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades técnicas intrínsecas à profissão, porém, deve-se fazer uma análise crítica de seleção de conteúdo e segmentação do mesmo em teoria e prática. “Desta forma, o

tempo dedicado às atividades será melhor aproveitado pelos estudantes e os resultados serão positivos quando os conteúdos teóricos e práticos forem selecionados, e apresentados em cada encontro de aprendizagem e forem relacionados com a sua aplicabilidade durante a atuação profissional. Só assim é que eles farão sentido e serão facilmente aprendidos pelos estudantes.”

Aguiar ressalta que, para as aulas práticas da Medicina Veterinária serem adequadamente ministradas, são necessários docentes e técnicos qualificados, além de infraestrutura especializada para os cenários de práticas (ex: hospital veterinário devidamente equipado para o atendimento de pequenos e grandes animais, laboratórios específicos para o ensino de anatomia, patologia, microbiologia e outros, além de fazenda de ensino contendo diversas criações de espécies domésticas). Da mesma forma, há necessidade de docentes e técnicos qualificados e infraestrutura especializada para os cenários de práticas da Zootecnia. ■



ENSINO A DISTÂNCIA NA MEDICINA VETERINÁRIA



Profa. Dra. Ana Claudia Balda, Médica-veterinária, mestre e doutora pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ/USP). Professora de clínica médica de pequenos animais das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), desde 2003. Professora temporária do Departamento de Clínica Médica (VCM) da FMVZ/USP, de 2018 a 2022. Diretora da Escola da Saúde (FMU). Sócia-proprietária da clínica Derme for Pets.

O ensino a distância (EaD) é uma modalidade de educação, geralmente, assíncrona. A flexibilidade no processo de aprendizagem consiste na liberdade de optar pelo próprio ritmo de estudo, no momento e local, mais conveniente. O EaD não pode ser encarado como um risco à qualidade na formação do profissional. É permitido oferecer até 40% de disciplinas EaD no curso presencial, o que não é uma obrigatoriedade.

A modalidade presencial e à distância respondem às mesmas diretrizes curriculares nacionais (DCNs), são normativas emitidas pelo Ministério da Educação (MEC) que orientam a organização dos currículos do ensino superior. As DCNs são comuns às duas modalidades de oferta. Os conselhos de classe regulamentam as profissões, enquanto o ensino é regulado pelo MEC, por essa razão, o Conselho pode até sugerir conteúdos ou certificar instituições, mas não regular, pois atua, exclusivamente, no que se refere ao profissional.

No âmbito do ensino da Medicina Veterinária, as DCNs mais recentes estabeleceram, como premissas, a garantia das práticas em disciplinas específicas e estágios obrigatórios oferecidos pela instituição e externos em todas as grandes áreas do conhecimento. Sendo assim, mesmo nos cursos que são EaD, as escolas precisam proporcionar estrutura e supervisão, por isso não há como oferecer exclusivamente modalidade à distância. Os conteúdos a serem ministrados nessa modalidade devem ser, cuidadosamente, selecionados pelos núcleos docentes estruturantes

(NDE) e colegiados, formados por professores especializados.

A tecnologia vem para somar e transformar a experiência do estudante. O EaD disponibiliza possibilidades, como laboratórios virtuais, gamificação, treinos de habilidade, simulações e *feedbacks* imediatos de forma ágil, tornando o estudo agradável e acessível. Há procedimentos que podem ser repetidos, exaustivamente, em cenários digitais. Laboratórios virtuais proporcionam aprendizado sobre equipamentos de proteção individual (EPIs), identificação de vidrarias, uso de instrumentos e insumos, uso de reagentes e equipamentos, antes que o aluno frequente um laboratório real, sem risco algum.

Grande parte dos estudantes de Medicina Veterinária empreenderá, sendo assim, deverá saber coletar, analisar e compartilhar dados de forma segura e eficaz; aprender a utilizar ferramentas de comunicação digital; e trabalhar em equipe pelas plataformas digitais. Com certeza, as disciplinas EaD ou digitais serão fundamentais para que eles adquiram e pratiquem tais competências.

O médico-veterinário atua na Saúde Única, definida como a saúde dos animais, meio ambiente e ser humano, por essa razão é um profissional de extrema importância, responsável pela qualidade de vida e bem-estar, que precisa de formação sólida e de qualidade pela responsabilidade da formação que exerce. Como cita a campanha do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), a “saúde para todos” só é possível com um profissional bem formado. ■

PROCESSO ELEITORAL FOI MARCADO PELO INEDITISMO

Com quatro chapas concorrentes, a Eleição CRMV-SP 2024 abriu espaço para uma maior representatividade



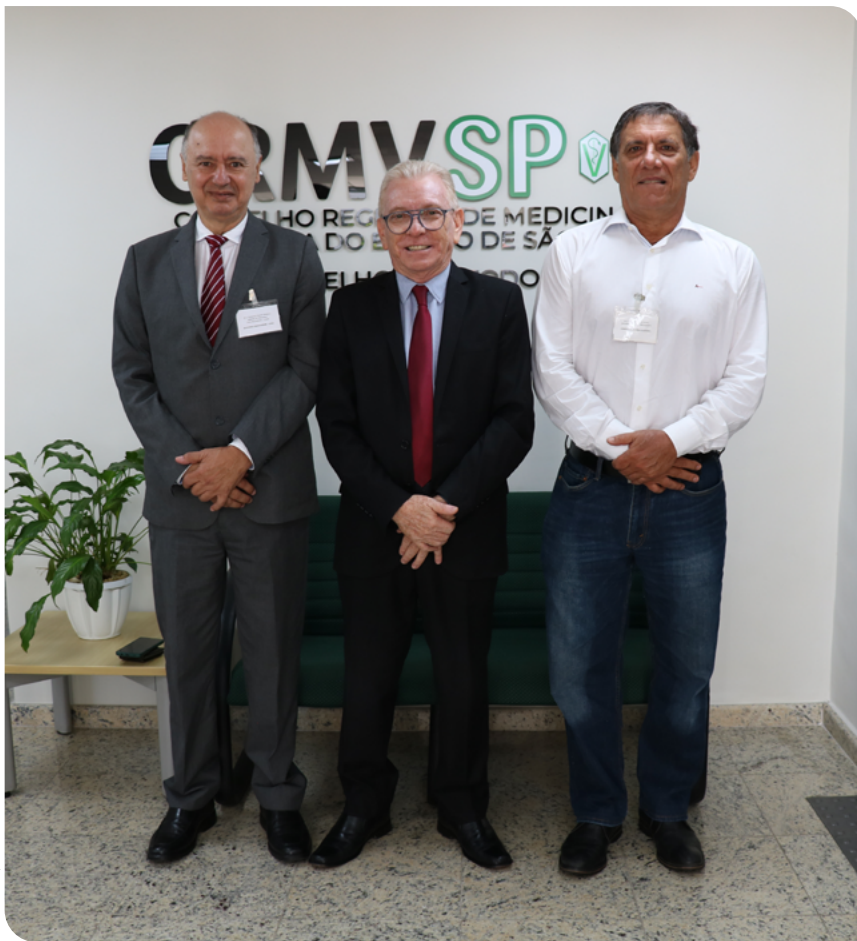
O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, e a presidente eleita para a gestão 2024-2027, Daniela Pontes Chiebao

A eleição da diretoria e de conselheiros para a gestão 2024-2027 do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), certamente, ficará na história, não só pelo ineditismo de ter contado com quatro chapas concorrentes, como também por eleger a primeira presidente do Regional paulista, a médica-veterinária e pesquisadora científica do Instituto Biológico de São Paulo (IB), Daniela Pontes Chiebao, com 16.907 votos, 62% do total de votos válidos.

A participação das quatro chapas abriu um leque de opções para os profissionais e é uma prova do respeito à democracia e à representatividade que houve durante o processo eleitoral do CRMV-SP. O presidente do Regional, Odemilson Donizete Mossero, destaca que, ao longo de sua gestão, a aproximação com as classes, por meio do projeto CRMV-SP Escuta, e o incentivo à participação política e social, motivaram e despertaram nos colegas a vontade de estarem presentes mais efetivamente no Conselho.

“O processo eleitoral transcorreu de uma forma muito serena até para um estado tão grande em números de médicos-veterinários e zootecnistas como São Paulo, hoje (segundo turno), a possibilidade de votantes é de 44 mil, um número muito alto. Tivemos uma Comissão Eleitoral Regional (CER) muito séria e competente, que fez a eleição transcorrer de uma forma tranquila. Quero ressaltar também o apoio de nossos funcionários no processo todo. Tenho o sentimento de dever cumprido, ainda não concluído, porque tenho quase quatro meses de gestão e há muito para fazer, mas já antecipo que sairei feliz, de cabeça erguida, por todo o trabalho que realizamos”, afirma Mossero.

Para o presidente da CER, Cláudio Regis Depes, o saldo foi, altamente, positivo para as classes no estado de São Paulo e uma grata surpresa o número de chapas concorrentes. “Notamos um aumento de interesse das classes pela instituição. Os médicos-veterinários e zootecnistas estão começando a entender como funciona o Sistema CFMV/CRMVs e a importância que tem um conselho tanto para a fiscalização



ACERVO/CRMV-SP

O vice-presidente do CFMV e delegado observador, Romulo Miranda, o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, e o presidente da CER, Cláudio Depes

quanto para o registro de profissionais, assim como pelo respaldo ao trabalho desses profissionais perante a sociedade.”

Depes ressalta, ainda, que, para a CER, o processo eleitoral com várias chapas foi um grande desafio, pois não havia experiências anteriores. “Agora temos o *know-how*, foram cinco chapas no primeiro turno, sendo uma eliminada por falta de documentação. A CER escolheu bem seus membros, além disso, o suporte que a instituição nos deu foi muito importante, principalmente, no Jurídico e no Administrativo. Agradeço também o presidente da instituição, que nos deu total autonomia e respaldo para desenvolvermos nossas atividades.”

Democracia e tranquilidade

O vice-presidente e delegado observador, Romulo Cezar Spinelli Ribeiro de Miranda, mostrou-se honrado em representar o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) no processo eleitoral do CRMV-SP, satisfeito em acompanhar um pleito “limpo e digno da importância do maior Conselho do Brasil”.

“Contar com quatro opções de voto é uma evolução, já que, por muitos anos, o CRMV-SP teve chapa única. É a democracia sendo exercida a pleno vapor. É muito importante para os médicos-veterinários e zootecnistas poderem estudar cada uma das propostas, numa campanha limpa, sem ataques, é o que esperamos da Medicina Veterinária e da Zootecnia”, ressalta Miranda.

Fernando de Pinho Barreira, auditor das eleições, elogiou a tranquilidade ao longo de todo o processo. “Houve boa participação dos profissionais, disponibilidade de 100% do sistema para o eleitor, enfim, o pleito foi muito bem preparado. CER, TI e Jurídico do Conselho tomaram as diligências necessárias e nosso monitoramento comprovou a boa evolução e o bom andamento da eleição.”

Visão dos candidatos

Primeira mulher eleita presidente do CRMV-SP, pela Chapa 3 – “Evolução”, a médica-veterinária e pesquisadora científica Daniela Pontes Chiebao ressaltou que o processo eleitoral foi uma boa surpresa e se mostrou satisfeita em ver pessoas em diferentes chapas querendo melhorar a profissão e a fiscalização. “Só vimos coisas positivas em ter quatro chapas concorrentes, isso mostra que os profissionais médicos-veterinários e zootecnistas, cada um no seu nicho, estão pensando em mudança, em transformação. Acreditamos que a classe toda quer uma gestão com novas pessoas.”

O vice-presidente do CRMV-SP, Fábio Manhoso, que concorreu pela Chapa 4 – “Inovar para Transformar” (obtendo, no segundo turno, 10.362 votos), destaca que a participação de quatro chapas demonstra que a gestão atual realmente espalhou o nome do Conselho por todo o Estado. “Quantas e quantas ações realizadas, com destaque para o CRMV-SP Escuta, tenho certeza que as boas ações desta gestão é que fizeram com que os colegas olhassem e se disponibilizassem a ajudar a Medicina Veterinária e a Zootecnia de São Paulo.”

Para o médico-veterinário Daniel Zacharias Zago, que concorreu, no primeiro turno pela Chapa 1 – “Valoriza Vet”, foi uma experiência prazerosa ter participado do processo eleitoral do Conselho. “Sem dúvidas, um grande marco para a Medicina Veterinária e para Zootecnia. Conseguimos, unidos, uma votação expressiva e histórica, o que significa que, além de tudo, envolvemos um grande número de profissionais, não somente candidatos pelas chapas, mas, sobretudo, eleitores, muitos, inclusive, que sequer tinham interesse em votar ou participar nas eleições anteriores.”

O médico-veterinário Ciro Gassenferth Oliveira destacou a representatividade alcançada durante a montagem da Chapa 2 – “Renovação Já”, que concorreu no primeiro turno. “Montamos uma chapa como nunca vimos com tamanha representação, estamos em todas as regionais, abrangendo 15 áreas de atuação dentro das atividades veterinárias e zootécnicas no estado de São Paulo.”

Segurança nas eleições digitais

Para assegurar a confiança dos eleitores no processo democrático, a segurança de uma eleição digital é fundamental.

Neste sentido, a solução da empresa responsável ofereceu uma plataforma estruturada em uma série de camadas de segurança que garantem a proteção dos dados dos eleitores de forma efetiva.

“Um dos principais aspectos que ressaltam a segurança dessa solução é a criptografia de ponta a ponta dos dados eleitorais. Isso significa que todas as informações dos eleitores, desde o momento em que são inseridas na plataforma até o seu armazenamento, são protegidas por algoritmos criptográficos avançados, tornando impossível a sua interceptação ou manipulação por terceiros mal-intencionados”, explica Marcia Regina Denzin, gerente de Soluções em Impressão e Tecnologia, da empresa Thomas Greg do Brasil.

Além disso, Marcia salienta que a tecnologia de *blockchain*, utilizada na plataforma de eleições digitais, garante que todas as transações e alterações nos dados eleitorais são registradas de forma imutável e transparente em blocos encadeados, o que permite uma auditoria completa e uma verificação fácil da integridade dos resultados eleitorais.

“Ao garantir a proteção dos dados dos eleitores, a integridade do voto e a transparência dos resultados, essa tecnologia se mostra como uma ferramenta indispensável para fortalecer a democracia e assegurar eleições livres e justas em um mundo cada vez mais digital”, enfatiza a gerente.

Aprendizado

Cada novo pleito traz aprendizado e novas possibilidades de aprimoramento do processo eleitoral como um todo. O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, acredita que não haverá mais eleições com chapa única. “Nossos profissionais estão muito motivados a participar mais efetivamente do Conselho, e espero que essa participação só aumente. Durante os três anos de uma gestão, temos que buscar informações e formas de se integrar, questionar e debater dentro de um bom nível como tem sido até então. Fizemos a terceira eleição on-line já bem mais avançada e a tendência é melhorar.”

Tanto o presidente da CER, Cláudio Regis Depes, quanto o vice-presidente do CFMV e delegado observador, Romulo Cezar Spinelli Ribeiro de Miranda, ressaltam que a adoção de votação 100% on-line é a principal mudança que deve ser



O representante da Chapa 3, Rodrigo Mainardi; o líder da Chapa 4, Fábio Manhoso; o secretário-geral e observador do CFMV no primeiro turno, José Maria dos Santos Filho; o líder da Chapa 1, Daniel Zago; o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, e o líder da Chapa 2, Ciro Oliveira

feita para as próximas eleições, mas para isso é preciso que a resolução do CFMV que regulamenta o processo eleitoral seja alterada.

A presidente eleita, Daniela Pontes Chiebao, acredita que o Conselho deve fazer um processo licitatório ainda mais antecipado e seletivo para a contratação de sistema eleitoral que possa atender um processo eleitoral grande como é o de São Paulo. Outro ponto que Daniela destaca é o aprimoramento do edital de convocação das eleições para que as regras associadas à participação das chapas durante a campanha eleitoral sejam incluídas.

“Gostaríamos que todo o processo eleitoral fosse mais modernizado, com a menor utilização de papel possível desde a fase de inscrição das chapas, pois há maneiras de se fazer registros on-line e também para os eleitores terem o menor envio de papelada possível”, enfatiza Daniela.

Aprimoramento

Por outro lado, para o vice-presidente do CRMV-SP, Fábio Manhoso, que concorreu pela Chapa 4 – “Inovar para Transformar”, é preciso buscar ferramentas que facilitem a comunicação com os profissionais. “Penso que o grande investimento seria voltado para esse olhar na organização digital do sistema, por mais que a gente saiba que isso demanda licitação, é preciso exigir de uma forma mais contundente da empresa vencedora a qualidade daquilo que ela entrega, para que preste um serviço de qualidade.”

Na opinião do médico-veterinário Ciro Gassenferth Oliveira, que concorreu pela Chapa 2 – “Renovação Já”, os documentos e certidões necessários para inscrição de chapas poderiam ser relacionados com linguagem simples e de forma mais clara no edital para facilitar a inscrição dos candidatos. Contrário à eleição on-line, Oliveira acredita que “os votos devem ser todos impressos (enviados pelo correio), pois é o jeito mais transparente que temos para expressar a vontade dos colegas.”

O médico-veterinário Daniel Zacharias Zago, que concorreu, no primeiro turno pela Chapa 1 – “Valoriza Vet”, acredita que o sistema de votação e apuração ainda pode ser aprimorado, apesar de ter considerado a votação expressiva e histórica. “Aproveito o ensejo para agradecer a todos os eleitores e parabenizar a CER e, principalmente, a todos da Chapa 3 – ‘Evolução’ pela vitória. Apesar de concorrentes e oponentes, a partir de agora, devemos todos seguir unidos e, em nome da minha chapa, deixo meus votos de muito sucesso.” ■

ESTADO DE SÃO PAULO É RECONHECIDO NACIONALMENTE COMO LIVRE DE FEBRE AFTOSA SEM VACINAÇÃO

Especialistas apontam que evolução do status sanitário se deve ao comprometimento do setor produtivo e ao empenho do Estado

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) publicou, em março, a Portaria nº 665/2024, que reconhece nacionalmente o estado de São Paulo como livre de febre aftosa sem vacinação. Foram contemplados também os estados do Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal.

A Portaria também proíbe o armazenamento, a comercialização e o uso de vacinas contra a febre aftosa nessas unidades da Federação e restringe movimentação de animais e de produtos desses locais para as demais áreas que ainda praticam a vacinação no País.

A proibição do trânsito de animais permanecerá em vigor até que a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) conceda, internacionalmente, o reconhecimento do *status* sanitário de livre de febre aftosa sem vacinação a todas as unidades da Federação. A normativa passa a valer a partir de 2 de maio.

De acordo com o presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), Odemilson Donizete Mossero, que atuou pelo Mapa no Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, o comprometimento do setor produtivo, e o empenho do Estado, cumprindo todas as etapas previstas no Plano, possibilitaram a evolução do status sanitário.

“É um orgulho para o nosso País. É a consolidação de um trabalho conjunto que envolve diversos atores sociais, como os profissionais da Medicina Veterinária e de outras profissões, produtores do agronegócio, além da classe política”, ressalta Mossero.

Para o vice-presidente Fernando Gomes Buchala, que já esteve à frente da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP), o Estado desenvolveu ações significativas ao longo dos últimos anos, a fim de se preparar para essas mudanças.

“Este reconhecimento é fruto da parceria entre o poder público e o privado, e resultado das ações de expansão dos serviços veterinários, por meio da vigilância, da criação de corredores e barreira sanitárias, maior estruturação dos serviços oficiais, e atuação maciça de profissionais”, afirma Buchala.

Para o auditor-fiscal federal agropecuário, Gabriel Adrian Sanchez Torres, atualmente afastado para atuação junto ao Centro Panamericano de Febre Aftosa (Panaftosa/OPAS), o principal ator na prevenção e pronta resposta à febre aftosa é o produtor rural.

“O produtor é quem acompanha o dia a dia do campo e é quem consegue identificar primeiramente um retorno da doença. Antes públicos e privados precisam, cada vez mais, unir forças na imensa responsabilidade que é manter o estado livre de febre aftosa sem vacinação”, enfatiza Torres.



Próximos passos

O processo de transição de zonas livres de febre aftosa com vacinação para livre sem vacinação está previsto no plano Estratégico do Plano Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PE-PNEFA). A meta é que o Brasil se torne totalmente livre de febre aftosa sem vacinação até 2026. Para realizar a transição de status sanitário, os estados e o Distrito Federal atenderam aos critérios definidos no Plano Estratégico, que está alinhado com as diretrizes do Código Terrestre da OMSA.

A última campanha de vacinação contra a doença no estado de São Paulo, realizada em novembro de 2023, alcançou 100% de cobertura vacinal. “Toda a cadeia de produção de proteína animal obterá ganhos significativos com o fim das barreiras sanitárias. Desta forma, teremos condições de acessar mercados mais exigentes e que pagam melhor pelos produtos”, enfatiza o presidente da Comissão de Saúde Animal do CRMV-SP, que atuou como servidor público da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), Cláudio Regis Depes.

Para a conquista do reconhecimento internacional, a Organização exige a suspensão da vacinação contra a febre aftosa e a proibição de ingresso de animais vacinados nos estados e regiões propostas por, pelo menos, 12 meses. “É fundamental que os setores público e privado tenham consciência da necessidade de se cumprir à risca as determinações da Portaria nº 665/2024. O reconhecimento nacional é apenas uma etapa rumo a esse objetivo final”, reforça Torres.

Atualmente, no Brasil, somente os estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Acre, Rondônia e partes do Amazonas e do Mato Grosso têm o reconhecimento internacional de zona livre de febre aftosa sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA). ■



CONFIRA DICAS PARA EMPREENDER EM FISIOTERAPIA VETERINÁRIA

Área de atuação é uma das que estão em alta em 2024

A Fisioterapia Veterinária é um campo que está em franca expansão e uma das áreas de destaque da Medicina Veterinária em 2024, oferecendo oportunidades não apenas para atuação dos profissionais, mas também para a abertura e desenvolvimento de novos negócios.

“O mercado é muito bom, crescente, e um dos mais efervescentes atualmente. Anos atrás era muito difícil. Mas, hoje, vemos o interesse cada vez maior de tutores, querendo saber onde fazer, e de profissionais, buscando cursos e conhecimento”, declara o presidente da Comissão Técnica de Fisioterapia Veterinária do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), Cláudio Ronaldo Pedro.

A fisioterapia veterinária oferece boa remuneração e baixo investimento, para quem quer começar atendendo em domicílio, em clínicas parceiras ou em hospitais. Entretanto, Pedro destaca que é essencial buscar uma formação complementar à graduação que seja de qualidade e voltada à atuação nessa área. “O principal investimento inicial deve ser em conhecimento. Não adianta curso de um fim de semana; já em um ano, sim, a pessoa está preparada para fazer um bom atendimento”, ressalta.

Segundo a médica-veterinária Jane Mary Albinati Malaguti, consultora de negócios do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em São Paulo (Sebrae-SP), é primordial definir o modelo de negócio, com plano de negócios detalhado (incluindo estratégico, operacional, financeiro, jurídico e de marketing). “Deve-se pensar no público-alvo, em equipamentos

e estrutura física necessária, assim como todos devem ter uma estratégia de marketing”, ressalta.

A consultora destaca, ainda, que por ser um tipo de mercado de nicho, é importante pensar em diferenciais, como métodos e equipamentos menos usuais, além de estar sempre atualizado. “Pode-se ter uma especialização em uma determinada técnica, ou focar mais em algum tipo de tratamento específico, por exemplo.”

Planejamento

Quem pretende empreender precisa primeiro analisar os modelos de negócio disponíveis. Cláudio Ronaldo Pedro destaca cinco formas de atuação em Fisioterapia Veterinária:

- 1. Em domicílio:** O profissional pode atender de forma volante, deslocando-se até os locais dos atendimentos. Ideal para quem busca flexibilidade e baixo investimento inicial. Para quem vai trabalhar de forma volante, é possível levar uma maleta com os equipamentos. “O kit básico deve conter laser, ultrassom terapêutico, TENS (Estimulação Elétrica Nervosa Transcutânea), bola suíça ou terapêutica, Prancha de propriocepção, cavaletes e cones”, destaca Pedro.
- 2. Clínica parceira:** Também é possível fazer parcerias com clínicas ou estabelecimentos, oferecendo serviços em um ambiente estruturado, com outros profissionais, como parte do tratamento de animais com lesões, em recuperação pós-operatória e idosos, por exemplo.

3. **Hospital:** É possível montar um setor de fisioterapia dentro de um hospital veterinário, oferecendo mais esse serviço. Para o profissional, a modalidade tem maior estabilidade e acesso a recursos avançados.
4. **Clínica exclusiva:** É possível montar uma clínica especializada em atendimento de Fisioterapia Veterinária. Exige mais investimento e estrutura física, com maior possibilidade de retorno e reconhecimento.
5. **Franquia:** Oferece suporte e treinamento para o negócio, exigindo o pagamento de taxas mensais.

“Muitos profissionais mesclam a forma de atuação, trabalhando, por exemplo, em domicílio e em clínicas parceiras. Entretanto, se puderem montar uma estrutura, podem ter mais retorno”, pondera Pedro.

Marketing e networking

As duas principais formas de marketing atuais nessa área ainda são o bom relacionamento com colegas de profissão e empresas do mercado, firmando parcerias, e a presença na internet, por meio da divulgação dos serviços em sites e redes sociais, sempre, é claro, dentro dos limites impostos pelo Código de Ética do Médico-Veterinário e pela Resolução CFMV nº 780/2004, que regulamenta a publicidade na Medicina Veterinária, assim como outra que a complementa ou substitua.



FREPIK

“Profissionais de diversas áreas da Medicina Veterinária, como cardiologistas, endocrinologistas, ortopedistas, neurologistas e clínicos-gerais, fazem encaminhamentos para atendimentos especializados em fisioterapia. Portanto, manter um bom relacionamento é essencial”, destaca Pedro.

Ainda que o paciente tenha sido encaminhado por outro profissional, é realizada uma consulta para identificação dos problemas e avaliação sobre como a fisioterapia poderá agregar. “Nessa primeira consulta o profissional vai estabelecer um protocolo, com o tratamento e número de sessões previstas. Ao final do tratamento, o paciente será reavaliado para verificar a necessidade de continuação ou de alta”, explica Pedro. ■

Estrutura

Para quem pretende montar uma estrutura física, além da necessidade de estar atento à Resolução CFMV nº 1.275/2019, que regulamenta as condições, infraestrutura e equipamentos mínimos necessários para cada tipo de estabelecimento médico-veterinário, o presidente da Comissão Técnica de Fisioterapia Veterinária do CRMV-SP elenca alguns equipamentos terapêuticos que podem ser de interesse:

1. Equipamentos de Eletroterapia:

- **TENS (Estimulação Elétrica Nervosa Transcutânea):** Utilizado para aliviar dores crônicas, agudas e pós-operatórias, por meio da estimulação dos nervos;
- **FES (Estimulação Elétrica Funcional):** Útil para reabilitação de lesões musculares e neurológicas, fortalece músculos atrofiados ou fracos;
- **Corrente russa:** Estimula a contração muscular e costuma ser aplicada na reabilitação e até mesmo incontinência urinária;
- **Magnetoterapia:** Reduz a inflamação e acelera a cicatrização;
- **Laserterapia:** Estimula a regeneração celular e possui efeito analgésico;
- **Ultrassom terapêutico:** Acelera a cicatrização e reduz a dor, sendo normalmente indicado para tendinites, bursites e contraturas musculares.

2. Equipamentos de Hidroterapia:

- **Tanques de Hidroterapia:** Permitem exercícios de baixo impacto e alta amplitude de movimento. Úteis

para reabilitação de diversas lesões e para animais com sobrepeso;

- **Esteiras aquáticas:** Possibilitam exercícios de marcha e corrida em ambiente aquático, sendo utilizadas para reabilitação de problemas ortopédicos e neurológicos.

3. Equipamentos de Cinesioterapia:

- **Tapetes de equilíbrio:** Estimulam a capacidade do animal de avaliar sua posição e manter o equilíbrio (propriocepção). Úteis para reabilitação de problemas neurológicos e ortopédicos;
- **Bolas suíças:** Fortalecem os músculos e melhoram a flexibilidade. Indicadas para reabilitação e para animais com problemas de postura;
- **Cavaletes e barras de obstáculos:** Permitem exercícios de propriocepção, coordenação e força. Úteis para reabilitação e para condicionamento físico.

4. Termoterapia:

- **Compressas quentes:** Reduzem a dor e a inflamação, sendo aplicadas em diversas condições, como traumas, artrites e tendinites;
- **Crioterapia:** Reduzem a dor, a inflamação e o inchaço. Aplicadas em traumas, lesões agudas e pós-operatórias.

5. Outros Equipamentos:

- **Talas e bandagens:** Estabilizam articulações e fornecem suporte durante a reabilitação. Exemplos: bandagens elásticas e órteses;
- **Carrinhos de transporte:** Facilitam a locomoção de animais com dificuldade de andar.



ACERVO INSTITUTO DE PESCA

PROJETO “PESCADO PARA SAÚDE” QUER AUMENTAR CONSUMO DE UM DOS ALIMENTOS MAIS SAUDÁVEIS

Proteína e Ômega 3 fazem parte dos diversos benefícios nutricionais atrelados à ingestão de peixes

Estudos em todo o mundo indicam que o pescado é considerado um alimento saudável, apresentando efeitos de proteção à saúde. Nesse contexto, nasce o Projeto “Pescado para Saúde” do Núcleo de Pesquisa Orientada a Problemas em São Paulo (NPOP), formado por um consórcio de instituições de pesquisa. A iniciativa visa promover e aumentar o consumo de pescado, como uma alternativa mais saudável ao consumo de carnes vermelhas, processadas e *fast foods*.

“O pescado possui maior teor de proteína, menor densidade calórica e maior conteúdo de ácidos graxos ômega-3 comparado às outras proteínas de origem animal, sendo considerado um alimento saudável. Atualmente, o consumo pela população brasileira é baixo em relação à média mundial.

Financiado pela Fapesp, o projeto quer incluir na alimentação da população produtos da Aquicultura enriquecidos nutricionalmente, que auxiliem na redução do risco de diabetes e doenças cardiovasculares e neurodegenerativas; no combate à obesidade; entre outros.

Por isso, torna-se imperativo o incentivo ao seu consumo”, ressalta Thaís Moron Machado, zootecnista pesquisadora do projeto no Instituto de Pesca (IP-Apta), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, uma das instituições que integram o Núcleo de Pesquisa.

Além do IP-Apta, o Núcleo de Pesquisa inclui o Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP), instituição Sede do projeto, a Universidade de Mogi das Cruzes (UMC) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), além de empresas brasileiras, como Polinutri e Neogen, e estrangeiras, como Biomar (Noruega), Veramaris (Países Baixos), Phileo by Lesaffre (França) e AquaHana (Estados Unidos).

Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o projeto quer incluir na alimentação da população produtos da Aquicultura

FAZENDO A DIFERENÇA

enriquecidos nutricionalmente que auxiliem na redução do risco de diabetes e doenças cardiovasculares e neurodegenerativas; no combate à má nutrição e à obesidade; no aumento do período de gestação e melhora do desenvolvimento cognitivo e neuronal infantil quando o pescado é consumido antes e durante a gestação; e na redução do risco de câncer de tireoide em mulheres, entre outros.

Etapas

O projeto “Pescado para a Saúde” é subdividido em sete tarefas e, em janeiro deste ano, o Centro Avançado de Pesquisa e Desenvolvimento do Pescado Continental (CAPDPC) do IP-Apta, sediado em São José do Rio Preto, foi palco de uma reunião técnico-científica que marcou o início da etapa experimental da Tarefa 6.

A etapa tem como principal objetivo a identificação de variantes genéticas associadas a um perfil nutricional ainda mais favorável para a saúde humana, com foco na tilápia, a espécie de peixe mais produzida no Brasil. Os pesquisadores celebraram a conclusão bem-sucedida da obtenção do material genético para os futuros projetos. Indivíduos de nove estoques distintos de tilápia nilótica, provenientes de diversos estados brasileiros, foram transferidos e acomodados no Centro de Pesquisa de Rio Preto. Esses peixes foram mantidos separados quanto à origem até serem identificados por meio de PIT-Tag (*Passive Integrated Transponder*), que são conhecidos como microchips.

Das sete tarefas, até o momento foi concluída apenas a etapa 1, porém, todas foram iniciadas. “Em andamento, está a etapa 2, que visa avaliar os nutrientes das principais espécies de pescado consumidos no estado de São Paulo. Eu atuo no final da cadeia, com o consumo, porém, como zootecnista, tenho uma visão geral de toda a cadeia de produção e como cada etapa pode interferir, de modo positivo ou negativo, na qualidade do produto final”, declara Thaís.

O zootecnista que também integra o Projeto, Eduardo Gianini Abimorad, destaca que tem atuado mais especificamente nas etapas 3 e 4. “Tenho como papel a avaliação nutricional do pescado e seu alimento, formulações de dietas enriquecidas com Ômega 3 e minerais traços como Selênio, por exemplo, e condução de ensaios biológicos com tilápias.”

Confira todas as etapas que compõem o projeto:

- 1. Estudo de mercado:** será feito estudo sobre as principais espécies e produtos de pescado consumidos no estado de São Paulo;
- 2. Determinação do conteúdo:** serão avaliados os nutrientes e a qualidade das principais espécies de pescado consumidos no estado de São Paulo;
- 3. Avaliação nutricional:** duas espécies de pescado serão avaliadas nutricionalmente, bem como as rações utilizadas para produzi-las;
- 4. Aumento do perfil de nutrientes:** por meio da manipulação dietética de peixes e de camarões cultivados, a tarefa pretende obter aumento do perfil de nutrientes e analisar o conseqüente benefício potencial para saúde do consumidor;
- 5. Utilização de tecnologia de processamento:** visando ao desenvolvimento de produtos mais saudáveis e sustentáveis, serão avaliadas tecnologias de processamento diferenciadas;



FOTOS: ACERVO/INSTITUTO DE PESCA



- 6. Estudo genético da tilápia:** identificação de variantes genéticas associadas a um perfil nutricional ainda mais favorável para a saúde humana para obtenção de variedades com maior valor nutricional;
- 7. Disseminação dos resultados do projeto:** ações educativas e de divulgação por meio de mídias sociais, exposições e seminários, visando estimular o aumento do consumo de pescados. ■

CRMV-SP REALIZA JÚRI SIMULADO INÉDITO DE PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL



Conselho recriou julgamento de caso relacionado à castração animal em Semana Acadêmica da USP; a experiência contou com a participação de médicos-veterinários e de advogados

Em mais uma oportunidade de aproximação junto às instituições de ensino e de promover ações educativas que exercitem a reflexão de alunos e futuros profissionais acerca da ética profissional, o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) realizou júri simulado inédito de um processo ético-profissional durante a XXXIII Semana Acadêmica da Veterinária (Sacavet), promovida pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP).

A convite da organização do evento, a tesoureira do CRMV-SP, presidente da Comissão de Responsabilidade Técnica e integrante da Comissão de Admissibilidade de Processos Ético-profissionais, Rosemary Viola Bosch, foi uma das orientadoras do Curso Teórico de Medicina Veterinária Legal, um dos 18 oferecidos durante a Sacavet.

Além do simulado, foram abordados temas como atuação do médico-veterinário como perito judicial, atuação do médico-veterinário na assistência técnica (perícia particular), perícia forense, a violência silenciosa dos maus-tratos, comunicação como prevenção de processos judiciais e éticos, e as implicações de ser responsável técnico de um estabelecimento.

A tesoureira do CRMV-SP conta que há muito tempo tinha vontade de fazer uma simulação de uma plenária de julgamento junto aos alunos, “para mostrar que o Conselho Regional está próximo a eles, explicar a forma como as plenárias são realizadas, e que todo mundo tem direito à ampla defesa e ao contraditório”.

Segundo a perita veterinária e assistente técnica, Roberta Tognareli Ruiz, que foi coorientadora do Curso Teórico, o evento evidenciou um tema pouco abordado na grade curricular das universidades. “A

gente vê que as pessoas têm curiosidade e querem estudar sobre o assunto. E dessa vez a gente falou sobre processos éticos de uma forma mais detalhada, fazendo um júri simulado. Grande parte das pessoas não têm noção do que é, então foi muito esclarecedor”, afirma.

Para a professora da disciplina de Ética e Deontologia da FMVZ-USP, Sílvia Cortopassi, o júri simulado foi uma experiência ímpar para estudantes e médicos-veterinários poderem entender melhor o funcionamento de um processo ético. “Tanto o preparo quanto a realização foram importantes para que os alunos tomassem a dimensão da responsabilidade que é fazer a análise da gravidade da falha que o médico-veterinário eventualmente tenha cometido, assim como do posicionamento de quem denuncia. Acredito que esse formato deve ser replicado durante aulas de graduação”, analisa.

Aprendizado

A médica-veterinária e advogada Patricia Cristina Kuriki ajudou na organização e planejamento do júri simulado, e considerou que a experiência inédita despertou o interesse de profissionais e estudantes. “Os alunos têm muita curiosidade, até pelo fato dos julgamentos serem secretos. Mesmo tendo atuado no Direito, eu nunca tinha participado desse tipo de simulação. Então estavam todos interessados.”

O evento destacou a importância de conhecer o Código de Ética do Médico-veterinário para atuar na profissão. A médica-veterinária Karina de Francesco Motta ressaltou que este ponto foi essencial para o resultado do julgamento. “Foi analisado o caso de uma cadela que havia sido castrada, mas que teve cio. E um dos problemas, ao final, foi não haver prontuário com os procedimentos realizados”, relata.

Estudante do 2º ano de Medicina Veterinária da FMVZ-USP, que participou do júri simulado e da comissão organizadora da Sacavet, Isabella Martin Lourenço afirma que o curso possibilitou seu primeiro contato com a área. “Nunca havia sequer imaginado como seria um júri na realidade e participar da simulação como ‘advogada’ da denunciante foi uma experiência inédita e excelente que me permitiu conhecer um pouco da rotina da profissão. Ainda tivemos a presença de duas advogadas de verdade e do CRMV-SP, o que enriqueceu ainda mais a cena e trouxe veracidade à simulação”, declara.

Simulação

O simulado contou com personagens que representaram o denunciado, o denunciante e conselheiros. A advogada especializada em direito médico-veterinário, Renata Arruda, também atuou no júri representando a defesa do acusado. A profissional considera que a experiência foi muito compatível com a realidade.

“Tivemos a oportunidade prévia de conhecer um pouco do que seria discutido na sessão de julgamento e qual seria o caso para que, com base nas informações, fizéssemos a sustentação oral. Foi uma experiência muito enriquecedora, principalmente, por esse material prévio que foi encaminhado para se conhecer a rotina e o trâmite de uma sessão de processo ético”, considera Renata.



ARQUIVO PESSOAL/ROSEMARY VIOLA BOSCH

As simulações de julgamento de processos éticos podem ser valiosas ferramentas no preparo para enfrentar situações desafiadoras da prática profissional. Confira os principais pontos de contribuição:

Treinamento: Simulações oferecem uma oportunidade para estudantes e profissionais praticarem suas habilidades de julgamento ético em um ambiente controlado e sem riscos reais.

Aprimoramento da tomada de decisão: Participar de uma simulação de plenária de julgamento de processos éticos permite que os participantes pratiquem a avaliação de informações, análise de evidências e tomada de decisões éticas sob pressão. Isso pode auxiliar no desenvolvimento de habilidades para lidar com situações complexas e ambíguas na vida real.

Fomento do debate e da reflexão: As simulações envolvem discussões antes e após o julgamento simulado, permitindo que os participantes compartilhem diferentes perspectivas, debatam questões éticas e reflitam sobre suas próprias decisões e as de seus colegas. Isso promove uma compreensão mais profunda das complexidades envolvidas e fortalecem o pensamento crítico.

Consciência das normas éticas: Ao participar de uma simulação de julgamento ético, os estudantes e profissionais têm a oportunidade de se familiarizar com as normas éticas relevantes em sua área de atuação e entender como aplicá-las em situações práticas.

Preparação para situações reais: As simulações podem ajudar os profissionais a se prepararem para situações reais de julgamento ético, aumentando sua confiança e competência ao lidar com essas questões quando surgirem em suas práticas profissionais.

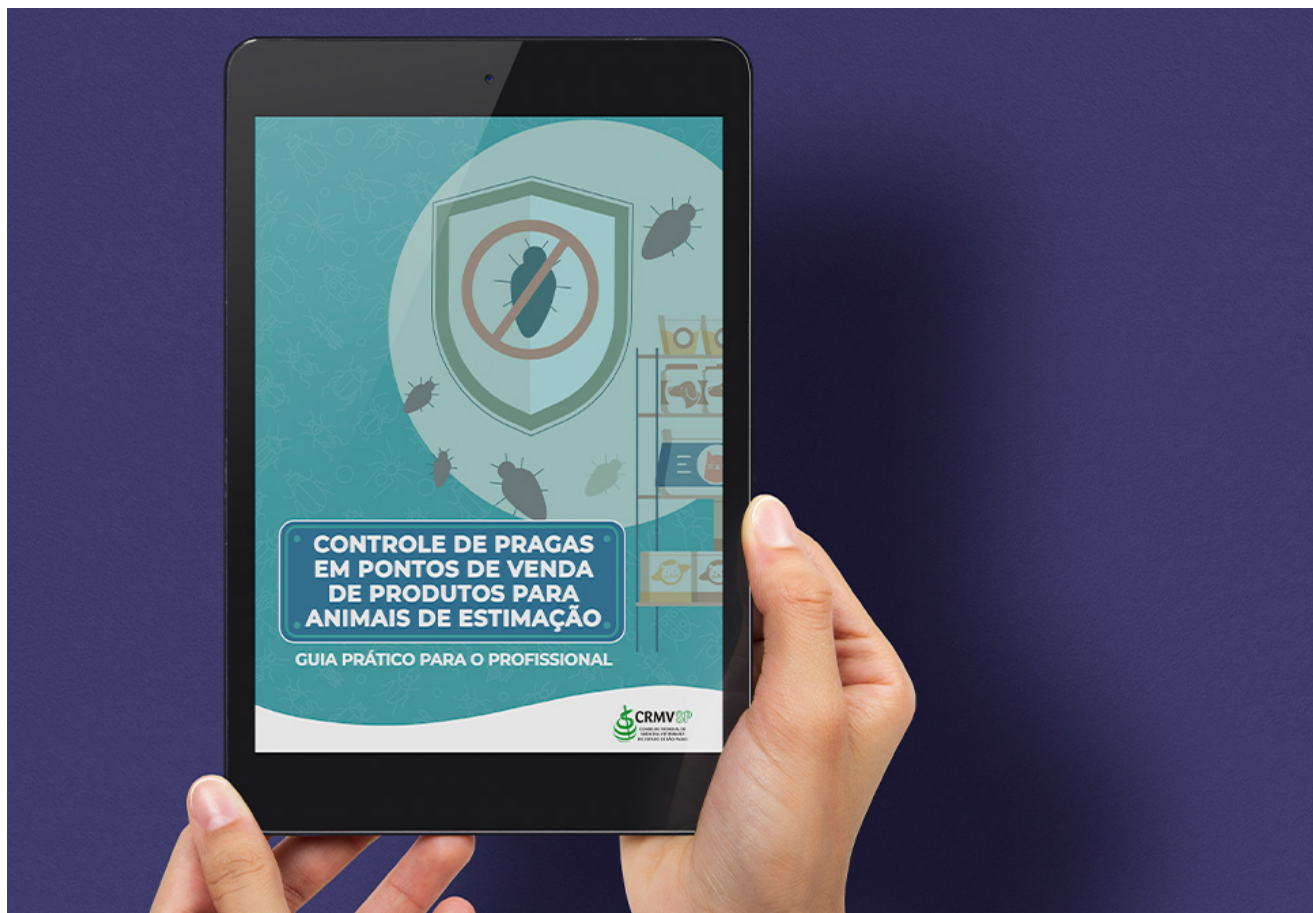
Novidade em breve

Após finalizar levantamento estatístico das principais ocorrências de denúncias éticas, e dos processos efetivamente instaurados, o CRMV-SP também deve disponibilizar em breve mais um recurso aos estudantes e profissionais, um manual com exemplos de casos éticos reais.

O manual deverá reunir os casos mais recorrentes, que serão apresentados anonimamente, e informações sobre como os processos tramitaram. “O manual auxiliará estudantes e profissionais na compreensão da importância da ética para a atuação. Será uma importante ferramenta para os docentes da graduação em Medicina Veterinária, em especial os da disciplina de ética. Além de orientar e minimizar falhas futuras, tanto o simulado quanto o manual são oportunidades para que se conheça o trabalho do Conselho”, afirma o presidente do Regional, Odemilson Donizete Mossero. ■

CRMV-SP LANÇA GUIA SOBRE CONTROLE DE PRAGAS EM PONTOS DE VENDA

Publicação traz dicas práticas para a prevenção de infestação de insetos em alimentos para cães e gatos e faz parte da segunda etapa da campanha “Nutrição Responsável”. Confira!



O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), por meio de sua Comissão de Nutrição Animal, lança o material técnico: “[Controle de Pragas em Pontos de Venda de Produtos para Animais de Estimação - Guia Prática para o Profissional](#)”. O anúncio foi feito durante o evento on-line “Nutrição responsável: Infestação por Insetos em Produto Acabado”.

Tanto a publicação quanto o evento fazem parte da continuação da campanha “[Nutrição Responsável](#)”, que foi realizada pelo Regional nos meses de outubro e novembro de 2021. A iniciativa tem como objetivo conscientizar os tutores quanto à importância da alimentação para a saúde de cães e gatos, trazendo esclarecimentos sobre o fornecimento de alimentos seguros e o respeito à ciência da nutrição.

Nesta nova etapa da campanha, informações sobre boas práticas no ponto de venda para prevenção da infestação de insetos em alimentos industrializados para animais foram

publicadas ao longo do mês de fevereiro nas mídias sociais. O evento técnico, com o lançamento do guia prático, conclui a programação.

“O guia tem como objetivo instruir os profissionais sobre a prevenção de infestação de insetos-pragas em alimentos para animais, em um material didático, de leitura rápida e aplicação prática”, diz o médico-veterinário e zootecnista João Paulo Fernandes Santos, membro da Comissão Técnica de Nutrição Animal do CRMV-SP.

A infestação por pragas em alimentos para animais domésticos gera diversos problemas à saúde. “Além de riscos microbiológicos para a saúde, também pode levar os tutores a descontinuar a alimentação completa e balanceada dos animais, por falta de conhecimento e acompanhamento profissional, lançando mão de produtos desbalanceados que podem repercutir em graves problemas nutricionais”, alerta a médica-veterinária Carolina Padovani Pires, que também integra a Comissão.

É importante destacar que o problema de infestação de insetos pode ser causado por condições inadequadas em cada um dos pontos da cadeia: fábrica, distribuidor, loja e residência dos tutores

O guia prático foi elaborado por médicos-veterinários e zootecnistas de áreas como nutrição, qualidade, segurança do alimento e assuntos regulatórios, e também contou com apoio de empresas privadas. Trata-se de um material que abrange as melhores práticas, com informações necessárias para aprimorar a gestão e o armazenamento do estoque, visando entregar um produto com a mesma qualidade que o fabricante entrega ao lojista.

Qualidade

A qualidade de um alimento é o resultado da combinação dos ingredientes e sua formulação. Há ainda outros aspectos que influenciam, como origem dos ingredientes, características nutricionais, qualidade das matérias-primas e seus fornecedores, composição e balanceamento da fórmula, métodos e tipos de embalagens utilizados, condições sanitárias e as diversas etapas do processo de fabricação e distribuição.

“Todos estes fatores influenciam diretamente na qualidade do produto. Manter as características organolépticas e a sua característica nutricional, desde a fabricação, passando pelo armazenamento, até chegar ao consumo do pet, atualmente, é um dos grandes desafios da indústria *pet food*”, afirma Maiara Ribeiro, médica-veterinária que também auxiliou na elaboração do Manual.

Embora a indústria de alimentos para animais de estimação invista muitos recursos para evitar a infestação por pragas durante os processos de fabricação e distribuição, Mariana ressalta que os pontos de venda são um dos locais com mais risco, devido a **alguns pontos críticos**:

- Grande volume de estoque e baixa rotatividade dos produtos;
- Falta de boas práticas de armazenamento e de movimentação dos produtos;
- Danos nas embalagens e sujeira nas gôndolas ou no estoque que atraem insetos;
- Ossos defumados expostos sem embalagem adequada;
- Produtos estocados em ambientes quentes e úmidos;
- Ausência de um programa de limpeza e controle de resíduos.

Infestação de insetos

A cada dia tornam-se mais frequentes as reclamações de alteração de produto no momento da abertura do pacote. A infestação por insetos é uma das mais comuns. Ao se deparar com o relato de um tutor, médicos-veterinários e zootecnistas desempenham papel crucial na orientação. A saúde dos animais é uma responsabilidade compartilhada e questões como essa devem fazer parte das recomendações de cuidado com a nutrição ideal.

É importante destacar que o problema de infestação de insetos pode ser causado por condições inadequadas em

cada um dos pontos da cadeia: fábrica, distribuidor, loja e residência dos tutores. “Nesse sentido, a troca de marca do alimento não necessariamente é a solução, já que produtos armazenados de outras empresas, na mesma loja, podem estar contaminados, por exemplo. Além disso, é importante que o tutor esteja atento ao armazenamento e manuseio do produto em sua residência”, recomenda Santos.

O tutor deve ser orientado a revisar os métodos de armazenamento em sua residência, e buscar a loja em que efetuou a compra. “Além disso, os tutores devem contatar a empresa fabricante, para que esta possa tomar as medidas necessárias, revisando seus processos internos, bem como de armazenamento em seus parceiros distribuidores e lojistas, orientando os tutores sobre o armazenamento e manuseio do produto”, ressalta o integrante da Comissão Técnica de Nutrição Animal do CRMV-SP.

Comunicação eficaz

É importante destacar o papel do responsável técnico na proteção ao consumidor e na garantia do bem-estar dos animais. Nos pontos de venda, os profissionais responsáveis técnicos devem fazer o acolhimento e ter clareza dos processos de limpeza e manejo de resíduos e pragas do estabelecimento.

“Os responsáveis técnicos são os guardiões das boas práticas de armazenamento dos produtos no ponto de venda e devem zelar por sua qualidade. Além de garantir as premissas acima descritas, deve manter um canal de comunicação eficaz e assertivo com os tutores quando estes buscam informações na loja”, recomenda Carolina.

Os fabricantes, por sua vez, têm papel de extrema importância, pois, além de garantirem a qualidade na expedição do produto para os distribuidores/lojistas, apoiam na manutenção desta qualidade, com destaque para a infestação de insetos, além de auxiliarem os profissionais na atualização continuada acerca de temas do setor.

Informações para o tutor

Desse modo, tanto o lojista quanto o médico-veterinário e o fabricante têm o papel de levar orientações e recomendações ao tutor. O fabricante, por meio da embalagem e de seus canais de atendimento ao consumidor, também deve prover as informações necessárias, incluindo a correta forma de armazenamento do produto.

Com relação à saúde do pet, se ele apresenta alguma alteração clínica após ter ingerido o alimento infestado, pode necessitar do cuidado especial de um médico-veterinário. Entrar em contato com o fabricante e também com a loja onde se efetuou a compra é um passo bastante importante nesse processo, pois pode ajudar o tutor a entender melhor o porquê aconteceu a infestação, além de receber uma possível troca por um alimento novo e com qualidade. ■

Comissões promovem eventos de educação continuada

As Comissões do CRMV-SP estão a todo vapor e já realizaram uma série de eventos técnicos para que os profissionais possam estar atualizados e capacitados. Entre os eventos já realizados estão palestras organizadas pela Comissão de Ciência de Animais de Laboratório com temas como o aprimoramento do bem-estar e o refinamento em protocolos experimentais, a gestão de conflitos éticos e não éticos na atuação profissional, e o papel do médico-veterinário e do zootecnista na gestão de biotérios.

Foi iniciado também ciclo de palestras promovido pela Comissão de Responsabilidade Técnica com temas sobre a atuação do responsável técnico em áreas como rotulagem de pet food, em *daycare* e hotel para pets e em unidades de vigilância de zoonoses (UVZs).

A programação do Ciclo de RT terá sequência no dia 15/05, das 14h às 16h, on-line com o tema “Gestão e Bem-estar Animal na Equideocultura: Responsabilidade Técnica na Promoção da Saúde Equina”. A palestra será ministrada pelo médico-veterinário Cesar Graner, especializado em Clínica e Cirurgia de Equinos pelo Instituto Brasileiro de Veterinária (IBVet), mestrando em Clínica Médica de Equinos pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnista da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP), atuante em clínica de equinos e membro da Comissão de Responsabilidade Técnica do CRMV-SP.

Está prevista, ainda, palestra no dia 19/06 sobre o uso do *checklist* como ferramenta preventiva para receber a fiscalização, com a médica-veterinária Thais Vieira Machado Bertozzi, perita veterinária, assistente técnica judicial, membro da Associação Brasileira de Medicina Veterinária Legal, defensora dativa em processos ético-profissionais, além de integrante da Comissão de Responsabilidade Técnica do CRMV-SP.

No dia 17/07, o tema será “Gestão da Responsabilidade Técnica em Instituições de Ensino”, com palestra ministrada pelo vice-presidente do CRMV-SP, o médico-veterinário Fábio Manhoso, bacharel em Direito pela Universidade de Marília (Unimar), com especialização em Homeopatia pelo Instituto Homeopático François Lamasson (IHF Lamasson), mestre e doutor em Medicina Veterinária Preventiva pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). É coordenador de curso de graduação em Medicina Veterinária da Unimar desde 2010, professor na mesma instituição e responsável técnico (RT) pelo curso de Medicina Veterinária, Fazenda Experimental e Biotério da universidade. As inscrições já estão abertas no site do Conselho (www.crmvsp.gov.br/agenda). Participe! Os profissionais que não puderam participar das palestras ou aqueles que desejam rever os conteúdos podem ter acesso às gravações por meio do canal do CRMV-SP no Youtube: <https://www.youtube.com/tvcrmvsp>.

Comissão de Medicina Veterinária Legal participa de aula magna

A Comissão Técnica de Medicina Veterinária Legal do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) participou de Mesa Redonda na Aula Magna da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), em fevereiro, na sede da USCS, em São Caetano do Sul. O objetivo foi aproximar os alunos do tema, bem como demonstrar a atuação técnica dos membros da Comissão em trabalhos realizados no CRMV-SP e em atividades periciais. Além disso, pretendeu-se demonstrar aos discentes de todos os semestres do curso de Medicina Veterinária da USCS as características transversais que a área forense tem com todas as disciplinas da graduação. Foram abordados temas como “Perícia em Locais Envolvendo Animais” e “Perícia em Animal Vivo e em Cadáver”.



DIVULGAÇÃO/USCS

Encontro com presidentes das Comissões Técnicas

Os presidentes das Comissões Técnicas do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) se reuniram, em março, com a Diretoria Executiva do Regional para tratar dos trabalhos importantes que deverão ser realizados até o final desta gestão. Entre outros planejamentos, estão previstos novos guias e manuais técnicos, sobre diferentes temáticas, que auxiliarão os profissionais em suas rotinas de trabalho. Alguns coordenadores e diretores de áreas estratégicas do Regional também participaram da reunião.



ACERVO/CRMV-SP

Reunião com presidente da Comissão de Representantes Regionais

O presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), Odemilson Donizete Mossero, reuniu-se com o presidente da Comissão de Representantes Regionais do Estado de São Paulo, Márcio Rangel de Melo, em março, na sede, em São Paulo. A reunião contou também com a presença do diretor técnico médico-veterinário do Regional, Leonardo Burlini Soares. A pauta do encontro foi sobre as próximas ações a serem realizadas nas Unidades Regionais de Fiscalização e Atendimento (Urfas) e algumas cidades do estado, até o fim do mandato. A agenda do projeto CRMV Escuta será retomada no dia 13/05 no município de Osasco. Inscreva-se e participe: www.crmvsp.gov.br/agenda.



ACERVO/CRMVSP

III Encontro de Coordenadores de Cursos de Medicina Veterinária

A Comissão Técnica de Educação realizou, em abril, o “III Encontro dos Coordenadores de Cursos de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo”. O evento é exclusivo para coordenadores de instituições de ensino superior e acontecerá no auditório na sede do Regional. Oportunidade para aproximar as instituições de ensino formadoras dos futuros profissionais e promover uma atuação em consonância com o Conselho, além de compartilhar boas práticas, debater estratégias e fortalecer a rede colaborativa entre as instituições, o encontro trará nesta edição, como uma das novidades em sua programação o CRMV-SP Escuta Coordenadores. Durante o período de uma hora os coordenadores terão a oportunidade de expor e compartilhar dificuldades, dúvidas e sugestões.

Outro destaque será o Café e Prosa, momento para os coordenadores se conhecerem ou se reencontrarem, trocarem experiências e fazerem networking. Entre os temas da programação de palestras estão responsabilidade técnica em instituições de ensino, responsabilidade civil e ética do médico-veterinário e a visão sistêmica como caminho para a educação do terceiro milênio.

Como palestrantes, nomes de peso como o presidente da Associação de Gestão Técnica Veterinária, Sérgio Lobato; a advogada especializada em Direito da Medicina e Direito Veterinário; e a fundadora e presidente do Programa de Formação em Medicina Veterinária Sistêmica, Carla Abreu Soares. Inscreva-se e participe: www.crmvsp.gov.br/agenda.

II Ciclo de Certificação de Cursos de Graduação em Medicina Veterinária

O edital para candidaturas ao segundo ciclo avaliativo do Sistema de Certificação de Cursos de Graduação em Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, promovido pelo CRMV-SP, esteve com inscrições abertas de fevereiro a março. Foram ofertadas nesse ciclo seis vagas para avaliação de cursos. Projeto liderado pela Comissão Técnica de Educação do Regional, a certificação foi estabelecida por resolução e tem o objetivo de

contribuir para o desenvolvimento da educação e da profissão, com critérios de qualidade. Além de preencher formulário disponível na Plataforma CRMV-SP, as instituições de ensino superior (IES) anexaram documentações comprobatórias, como projeto pedagógico do curso, comprovante de reconhecimento junto ao Ministério da Educação, entre outros, e assinaram o termo de compromisso de participação voluntária no processo.

A Comissão Técnica de Educação fará a análise das candidaturas a partir dos critérios estabelecidos na Resolução no 2.994/2022, e definirá quais as IES estão aptas a serem avaliadas presencialmente.

Saiba mais em <https://crmvsp.gov.br/crmv-sp-cria-sistema-de-certificacao-de-cursos-de-medicina-veterinaria/>



TRATADO DE MEDICINA CARDIOVASCULAR EM CÃES E GATOS

Nos últimos anos, a evolução dos conhecimentos relativos à cardiologia veterinária foi extraordinária, em razão da disponibilização de novos métodos de diagnóstico, os quais, além de tornarem mais eficientes as tomadas de decisão sobre o diagnóstico, possibilitaram a identificação de doenças anteriormente desconhecidas. A publicação descreve as maneiras corretas de estabelecer o diagnóstico, o prognóstico e o tratamento por meio de avaliação de etapas dedutivas e interpretação apropriada dos achados de exames.

Organização: Claudio Bussadori.

Editora: MedVet



MANUAL DE CLÍNICA MÉDICA FELINA

O objetivo desta obra é servir de referência atual e prática para o dia a dia na clínica de felinos, mas não como informação absoluta, e sim um ponto de partida, um guia para conduzir o clínico a buscar mais informações e se qualificar com mais profundidade para melhor investigar e manejar os desafios da clínica de felinos. O livro é dividido em quatro seções: conhecimentos básicos no atendimento clínico do gato; atendimentos de emergência; síndromes clínicas e, por fim, procedimentos clínicos. São abordados temas relevantes e atuais com dicas, métodos práticos e foco nos principais casos clínicos.

Autora: Fernanda Vieira Amorim da Costa e Christine Souza Martins

Editora: Manole



MEDICINA DE EMERGÊNCIA E CUIDADOS INTENSIVOS EM FELINOS

O manejo bem-sucedido de pacientes de emergência e daqueles com doenças críticas requer conhecimentos e habilidades específicos e pouco explorados na graduação e por programas de treinamento. Com 10 seções e 100 capítulos, a obra detalha pontos práticos sobre fisiopatologia, sinais clínicos, diagnóstico e tratamento, incluindo algoritmos que tentam simplificar um problema e apontar o leitor na direção certa.

Autores: Christopher G. Byers e Massimo Giunti

Editora: MedVet



VENTILAÇÃO MECÂNICA EM MEDICINA VETERINÁRIA

Pioneiro na área e publicado no Brasil, o livro contém 21 capítulos, divididos em cinco seções, que abordam os aspectos fundamentais necessários para embasar a realização da ventilação mecânica com segurança e efetividade. As seções incluem conhecimentos sobre fisiologia respiratória, manejo da ventilação na anestesia e unidade de terapia intensiva (UTI), diferentes modalidades e a monitoração, ventilação em procedimentos especiais e retirada ou desmame da ventilação mecânica. A obra conta, ainda, com os resultados dos últimos estudos publicados internacionalmente, além das publicações das próprias autoras e suas experiências clínicas na rotina hospitalar.

Autores: Aline Magalhães Ambrósio e Denise Tabacchi Fantoni.

Editora: Manole





Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo

COMUNICADOS

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante a decisão proferida pelo Plenário da 120ª Sessão Especial de Julgamento do CFMV nos autos do Processo Ético-profissional nº 0019/2020, vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, com fundamento no Art. 33, alínea "c", da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada ao médico-veterinário Wilson Grassi Júnior, inscrito neste Regional sob o CRMV-SP nº 08611-VP, pela violação aos Artigos 9º, incisos I, alíneas "b" e "c", e inciso V, e artigo 30º, inciso I, da Resolução CFMV nº 1.138/2016, cumulada com o pagamento de multa de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante a decisão proferida pelo Plenário da 125ª Sessão Especial de Julgamento do CRMV-SP nos autos do Processo Ético-profissional nº 0137/2019, vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, com fundamento no Art. 33, alínea "c", da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada à médica-veterinária Raisa Mistieri Salvador, inscrita neste Regional sob o CRMV-SP nº 31.657-VP, pela violação aos Artigos 6º, inciso I; 8º, incisos IX e XI; e 9º, incisos I e III, da Resolução CFMV nº 1.138/2016, cumulada com o pagamento de multa de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante a decisão proferida pelo Plenário da 131ª Sessão Especial de Julgamento do CRMV-SP nos autos do Processo Ético-profissional nº 0109/2019 vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL com fundamento no Art. 33, alínea "c", da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada ao médico-veterinário Mauro Anselmo Alves, inscrito neste Regional sob o CRMV-SP nº 05.802-VP, pela violação aos Artigos 9º, inciso I, da Resolução CFMV nº 1.138/2016, cumulada com o pagamento de multa de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Méd.-vet. Odemilson Donizete Mossero
CRMV-SP nº 02.889
Presidente

NOTAS DE DESAGRAVO

Consulte as notas de desagravo público, publicadas pelo CRMV-SP no período: <https://crmvsp.gov.br/notas-de-desagravo/>



Janeiro a Março de 2024	Resumo (R\$)
SALDO BANCÁRIO INICIAL	45.468.377,39
Receitas	
Anuidades Pessoas Físicas/Jurídicas	27.289.802,10
Multas p/ Infração	16.060,61
Honorários Advocatícios	114.140,01
Ressarcimentos	-
Rentabilidade Aplicações	1.315.699,98
Total Receitas	28.735.702,70
Despesas	
Salários/Férias/13º Salário	2.850.798,18
Benefícios/Encargos	2.399.179,14
Material de Consumo	21.621,80
Aluguéis/condomínios/IPTU/Seguros	78.456,58
Telefone/Energia Elétrica/Água	66.361,56
Diárias Dir/Cons/Assess/Servidores	335.413,30
Desp. Transp. Dir/Cons/Ass/Servidores	151.999,13
Auxílio Representação	1.800,00
Auxílio Despesas	29.742,00
Serviços de Terceiros	326.875,60
Manutenção e Conservação de Bens	136.500,24
Suprimentos Delegacias e Fiscais	153.141,06
Serviços de Informática	278.560,32
Indenizações e Restituições	5.695,29
Repasse Honorários Advocatícios	37.678,05
Desp. Ações Executivas	11.926,47
Serviços Postais e Telegráficos	149.556,04
Serviços Divulgação e Publicidade	8.062,37
Impostos, Taxas, Tarifas, Pedágio	1.132,81
Assinaturas e Periódicos	-
Convênios	27.540,00
Cota Parte CFMV	6.842.244,39
Despesas Bancárias	159.988,45
Compra de Bens	447.498,52
Total Despesas	14.215.489,18
SALDO BANCÁRIO FINAL	59.988.590,91
Composição Saldo Bancário	
Bco Brasil - BB CDB DI	38.108.853,75
BB - Arrecadação Bancária	-
BB - Conta Movimento	-
BB - Conta Multas	-
BB - Conta Honorários	89.331,85
CEF - CDB FLEX	21.750.656,54
CEF - Santa Cruz	39.748,77
Total	59.988.590,91

CRMV-SP agora tem **WhatsApp**

Fale conosco para resolver assuntos exclusivamente sobre cobrança ou pendências financeiras

- ▶ (11) 96196-5820
- ▶ (11) 99749-1167



Foto: Adobe Stock